

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA À BARBÁRIE: A TRAJETÓRIA DO ACAMPAMENTO  
MARLI PEREIRA, NA BAIXADA FLUMINENSE**

**CIBELE ARAUJO DA SILVA**

**2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA À BARBÁRIE: A TRAJETÓRIA DO  
ACAMPAMENTO MARLI PEREIRA, NA BAIXADA FLUMINENSE**

**CIBELE ARAUJO DA SILVA**

*Sob a Orientação da Professora*  
**ADRIANA AMARAL FERREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social da  
Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro, como parte das exigências para  
obtenção do título de bacharel em Serviço  
Social.

Seropédica, RJ.  
Março de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S 586  
Silvm  
SILVA, Cibele Araujo, 1996-  
Memórias de resistência à barbárie: a trajetória do  
Acampamento Marli Pereira, na Baixada Fluminense /  
Cibele Araujo SILVA. - Seropédica, 2023.  
83 f.

Orientadora: Adriana Amaral Ferreira. Trabalho  
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Luta pela terra. 2. Resistência. 3. Crise  
Estrutural do Capital. 4. Agroecologia. I. Ferreira,  
Adriana Amaral, 1980-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III.  
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 1515 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.016511/2023-71

Seropédica-RJ, 20 de março de 2023.

Cibele Araujo da Silva

### MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA À BARBÁRIE: A TRAJETÓRIA DO ACAMPAMENTO MARLI PEREIRA, NA BAIXADA FLUMINENSE

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 07 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Doutora Adriana Amaral Ferreira  
Orientadora - Presidenta (DEDH/UFRRJ)

Prof. Doutora Liliane Barreira Sanchez  
Membro interno (DTPE/UFRRJ)

Prof. Doutor Henrique Pereira Braga  
Membro externo (UFES)

*(Assinado digitalmente em 20/03/2023 21:20 )*

ADRIANA AMARAL FERREIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)  
Matrícula: 1783266

*(Assinado digitalmente em 21/03/2023 15:08 )*

LILIANE BARREIRA SANCHEZ  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)  
Matrícula: 1719162

*(Assinado digitalmente em 20/03/2023 14:21 )*

HENRIQUE PEREIRA BRAGA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 114.233.327-25

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **1515**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **20/03/2023** e o código  
de verificação: **a15cf3af70**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, Clicia e Alexandre, por sempre terem priorizado a minha educação, a minha formação profissional e por não terem medido esforços para que eu pudesse ter todos os livros necessários e todo o apoio para que eu chegasse até esse momento. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

Agradeço aos meus padrinhos e avós, Alice e Carlos, que igualmente sempre se mostraram disponíveis diante de todos os desafios da vida e por sempre manterem a porta aberta para o que eu precisasse para concluir a minha graduação.

Ao meu companheiro, Lucas, por sempre me incentivar a ir longe.

Às minhas irmãs, Juliana Verly, Taiane e Juliana Dantas, por sempre me darem força.

Às minhas queridas amigas, Luiza e Ramona, por nunca terem soltado a minha mão em todos os sentidos da vida.

Ao meu grande amigo Lucas Medeiros, obrigada por ter dividido os melhores momentos dentro da universidade.

À minha orientadora, Adriana Ferreira, por ter dividido comigo toda a sua sabedoria e ter me mostrado novos caminhos. Agradeço a amizade, por tornar nossos encontros leves e que sempre buscaram romper com a lógica hierárquica entre professora/aluna.

Um agradecimento especial às professoras Vanessa Saraiva e Fabiana Schmidt, por terem feito a diferença na minha vida e na minha formação.

A todas as professoras e professores que marcaram a minha trajetória no curso de Serviço Social, meu mais profundo agradecimento.

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado tem por base o estudo das alternativas de resistência presentes nos movimentos sociais auto-organizados que potencializam a sua luta a partir de novos caminhos, visando uma sociabilidade que supere a lógica do sistema capitalista. Partindo da crise estrutural do capital e seus desdobramentos até as consequências do capitalismo para a natureza, o estudo faz uma interlocução com os principais movimentos em luta pela terra, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fazendo um recorte nas memórias de resistência das pessoas do acampamento Marli Pereira da Silva, situado no município de Paracambi (RJ), na Baixada Fluminense, onde se originou o Empório da Chaya, atualmente em Juceraba, Nova Iguaçu (RJ).

**Palavras-chave:** Luta pela terra; Resistência; Crise estrutural do capital; Agroecologia.

## **ABSTRACT**

The work presented here aims to show alternative forms of resistance present in self-organized social movements that strengthen their struggle through new paths, aiming at a sociability that overcomes the logic of the capitalist system. Starting from the structural crisis of the capital and its unfoldings until the consequences of capitalism on nature, the study makes an interconnection with the main movements struggling for land, such as the Peasant Leagues and the Landless Rural Workers Movement, highlighting the memories of resistance of the people from the Marli Pereira da Silva camp, located in the municipality of Paracambi (Rio de Janeiro), in Baixada Fluminense, where the Empório da Chaya was originated, currently in Juceraba, Nova Iguaçu (Rio de Janeiro).

**Keywords:** Land struggle; Resistance; Structural crisis of the capital; Agroecology.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Lote onde os moradores do Marli Pereira plantavam.....	20
<b>Figura 2</b> - Chaya .....	21
<b>Figura 3</b> - Clitoria ternatea / Feijão-borboleta .....	21
<b>Figura 4</b> - Suco de Chaya com limão.....	22
<b>Figura 5</b> - Discente da disciplina de Classes e Movimentos Sociais aprendendo a fazer pão de Chaya .....	22
<b>Figura 6</b> - Discente do GECEP segurando o caldo de aipim com Chaya.....	23
<b>Figura 7</b> - Tomates colhidos do pé.....	23
<b>Figura 8</b> - Discente da disciplina de Classes e Movimentos Sociais .....	24
<b>Figura 9</b> - Grupo GECEP e discentes da disciplina de Classes e Movimentos Sociais com mulheres do Empório da Chaya.....	24
<b>Figura 10</b> - Colhendo tomates.....	25
<b>Figura 11</b> - Pão de Feijão-borboleta e bolo de Chaya feito pelas discentes em aprendizado com as cozinheiras do Marli Pereira.....	25
<b>Figura 12</b> - Visita ao lote de plantações.....	26
<b>Figura 13</b> - Cozinheiras do Marli Pereira e companheiras do Empório da Chaya ....	26
<b>Figura 14</b> - Atividade de campo do GECEP contando com a participação dos alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo e de outras áreas de conhecimento .....	30
<b>Figura 15</b> - Roda de conversa sobre os saberes tradicionais através do manuseio das PANC's e narração sobre a trajetória do Empório da Chaya.....	31

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>GECEP</b>	Grupo de Estudos Cultura e Educação Popular
<b>PANC's</b>	Plantas Alimentícias Não Convencionais
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. ACAMPAMENTO MARLI PEREIRA DA SILVA: A HISTÓRIA DE UM MOVIMENTO EM MOVIMENTO .....</b>	<b>14</b>
2.1 O Empório da Chaya .....	27
2.2 Nova localidade do Empório da Chaya no ano de 2021 .....	28
2.3 Empório da Chaya em 2022.....	29
2.4 Saberes Agroecológicos.....	31
<b>3. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A CRISE DE TODO UM MODO DE VIDA</b>	<b>39</b>
3.1 O papel do Estado no agravamento da crise.....	43
3.2 Tempos de barbárie.....	45
3.3 A questão ambiental frente ao perigo de sua existência.....	47
3.4 Um caminho a se seguir .....	49
<b>4. MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO .....</b>	<b>51</b>
4.1 Das Ligas Camponesas ao MST.....	53
4.2 Cultura e resistência .....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>81</b>

“Quando eu morrer  
Cansado de guerra  
Morro de bem  
Com a minha terra:  
Cana, caqui  
Inhame, abóbora  
Onde só vento se semeava outrora”.

Chico Buarque, Assentamento.

## 1. INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o acampamento Marli Pereira da Silva veio através de uma atividade de campo da disciplina de *Classes e Movimentos Sociais*, do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por intermédio da professora Dra. Adriana Amaral Ferreira, que, além de docente da disciplina em questão, também é coordenadora do *Grupo de Estudos Cultura e Educação Popular* (GECEP), do qual passei a fazer parte no ano de 2019.

Articulando a atividade de campo do GECEP com a área temática da disciplina, tive o primeiro contato com a luta pela terra. A temática em torno das múltiplas formas de resistência a barbárie oriundas das massas populares já fazia parte de um interesse pessoal, em especial a da luta pela terra. Contudo, não sabia por onde começar, uma vez que a aproximação do Serviço Social com as formas de luta auto-organizadas não se aprofunda o suficiente na grade curricular em detrimento do aprendizado de outros saberes.

Ao ingressar no GECEP em 2019, inicialmente como voluntária do projeto de extensão *Educação popular, movimentos sociais e Serviço Social*, vinculado ao acampamento Marli Pereira – Paracambi/RJ e, em 2020, como bolsista do projeto *Memórias e Movimento*, vinculado ao Assentamento Terra Prometida – Duque de Caxias/Nova Iguaçu/RJ, pude me aprofundar nos estudos a respeito das sabedorias tradicionais, dos territórios em resistência e das experiências de luta a partir da metodologia de resgate das memórias que se mantêm vivas e expressas na vida dessas pessoas. Foi por meio dessa interlocução entre Ensino, Pesquisa e Extensão que a oportunidade de estar em contato com essas comunidades e, em especial, com o acampamento Marli Pereira surgiu.

O objetivo geral que permeia a pesquisa é relatar as memórias de resistência das pessoas do acampamento, passando desde o início da organização de base da ocupação com o MST, a formação do acampamento até os dias atuais. Como objetivos específicos, busco: (I) entender o processo diversificado das auto-organizações, (II) relatar as memórias do acampamento e (III) compreender as formas de resistência que nascem desses movimentos populares.

Início o trabalho me debruçando sobre a crise estrutural do capital, que passa a apresentar suas consequências na década de 1970 nos grandes centros

capitalistas. Se o sistema capitalista, anteriormente, com sua bárbara exploração das periferias do capital, causava destruição em massa nos países subalternizados para a sua sobrevivência, com a crise estrutural, o cenário “progressista” de seu avanço nos centros sofre abalos em seus alicerces, desnudando o caráter autofágico do sistema nas nações mais poderosas. O arcabouço teórico que sustenta essa narrativa no trabalho vem do aprofundamento dos estudos bibliográficos que István Mészáros e Marildo Menegat constroem ao longo de suas carreiras.

O primeiro capítulo do desenvolvimento do estudo e seus demais tópicos expõem o papel que o Estado possui no agravamento da crise sendo o principal benfeitor da sobrevivência das forças reprodutoras do sociometabolismo do capital. Contar com o papel do Estado e com o papel da liberal-democracia para viabilizar mudanças inteiramente corretivas é ilusório, pois sua responsabilidade sempre será com a manutenção do sistema e seu pleno funcionamento. Diante disso, a degradação social a níveis alarmantes de barbárie que a sociedade tem vivenciado tem comprometido, de forma cada vez mais aprofundada, a sobrevivência da vida humana e ambiental, destrinchando a crise de todo um modo de vida. A natureza e toda a existência no planeta se veem em constante ameaça. A incompatibilidade ecológica com o funcionamento capitalista já é debatida há muitos anos, mas nunca se fez tão urgente como nas últimas décadas, considerando que, para a sua perpetuação, o sistema precisa explorar e avançar sobre todo o território existente no planeta em nome de seu progresso, gerando consequências irreparáveis para a natureza.

É com base em todo esse cenário que o trabalho se propõe a se debruçar sobre os movimentos sociais nas periferias do capitalismo e suas formas de resistência, uma vez que existe um enorme contingente de seres humanos à margem da sociedade, em posição inalterável de desemprego e miserabilidade. Com isso, levanto os seguintes questionamentos: quais caminhos se seguir? O que os movimentos auto-organizados têm produzido ao decorrer dos anos para garantir a sobrevivência de suas massas sobrantes ao serem abandonados pelo Estado? É partindo dessas questões de suma importância que o estudo encontra seu ponto central, ao se inclinar para a história do surgimento das Ligas Camponesas, a perseguição de mulheres e homens da terra nos anos de chumbo até chegar ao alvorecer do nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O trabalho busca analisar a disputa hegemônica de poder sobre a cultura das massas e a cultura dominante, e as mudanças que ocorreram com a “urgência” da

industrialização da sociedade, modificando a relação simbiótica do homem com a natureza. Contudo, essa transição para a sociedade capitalista não foi aceita de forma dócil – ocorreram muitos movimentos de resistência, como a Comuna de Paris e os motins da fome na Inglaterra do século XVIII.

As memórias de resistência das massas estão aí, existindo, e tamanha riqueza e diversidade que os movimentos sociais possuem na trajetória de suas histórias são potentes formas de manter viva a luta e mobilizar a ação transformadora para a libertação dos homens. Existem diversos grupos que lutam todos os dias para continuar existindo, criando formas de sobrevivência autônomas, pois se, ao Estado capitalista, seus corpos não possuem importância, devendo ser descartados e massacrados, é através da práxis que o levante desses povos se inicia. Foi por meio do desejo de estar em contato com essas pessoas em luta e de conhecer suas memórias de resistência que o GECEP se aproximou do acampamento Marli Pereira da Silva.

Partindo da importância de se narrar histórias ao qual Walter Benjamin baseia sua teoria e da troca dialógica de saberes oriunda da educação popular de Paulo Freire que a metodologia de capturar as memórias das pessoas do acampamento se fez, iniciando-se desde a primeira participação no MST, a ocupação na Fazenda Novo Rio até a constituição do acampamento em uma estrada de terra e os atravessamentos que os últimos anos de pandemia causaram na vida dessas pessoas. Zelando pela segurança, a pessoa que nos narrou suas memórias no referido trabalho atende ao pseudônimo de “a mulher dos olhos verdes”.

## 2. ACAMPAMENTO MARLI PEREIRA DA SILVA: A HISTÓRIA DE UM MOVIMENTO EM MOVIMENTO

“Memória que não é apenas um relato dolorido de perdas e violências sofridas em um passado que não volta mais. Ao contrário. O passado revive ao ser lembrado, é como se o morto ganhasse vida. Mais ainda. Nenhum projeto presente pode ser elaborado sem o conhecimento do passado, mas em direção ao futuro, é a brilhante definição de história de Walter Benjamin”.

Maria Aparecida de Moraes Silva, A luta pela terra: memória e experiência

Os seguintes relatos foram obtidos a partir do ano de 2019, servindo como base material para o *Projeto de Extensão - Educação Popular, Movimentos Sociais e Serviço Social*, do qual posteriormente assumi como bolsista entre os anos de 2021-2022. Todas as informações a respeito do acampamento Marli Pereira da Silva são oriundas da Extensão e repassadas a nós, pesquisadoras, por meio da tradição oral de narração. Os relatos iniciais foram elaborados a partir da segunda visita ao Acampamento, em agosto de 2019, no mês de aniversário de 10 anos da ocupação.

A trajetória do acampamento Marli Pereira da Silva se iniciou no ano de 2009 com a ocupação da improdutiva Fazenda Novo Rio, no município de Paracambi. Naquele momento, cento e cinquenta famílias permaneciam acampadas há aproximadamente um mês com suas lonas pretas, enfrentando todo o tipo de adversidades em nome do direito elementar de existir. Quando se tornou impossível continuar na fazenda em decorrência da arbitrariedade do Estado e de suas polícias, as famílias sem-terra debandaram, rumo a uma nova localidade situada em uma estrada de terra. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sempre articulado, estava a um passo à frente e já contava com a possível expulsão da Fazenda Novo Rio. Ao se deslocarem para a beira da estrada, acreditavam que ganhariam maior visibilidade e que, em determinado período de tempo, conquistariam seu assentamento. Os anos se passaram, e a maior parte das famílias deixou o acampamento para trás, pois o que parecia inicialmente ser um sonho a ser conquistado muito breve não ocorreu. Com a chegada do governo Bolsonaro em 2018, a situação se tornou ainda mais desafiadora e perigosa. O MST orientou que as pessoas acampadas fossem se realocando nos assentamentos já conquistados na região, contudo 6 famílias resistiram e permaneceram no território, mantendo a chama da esperança acesa.

A ocupação na estrada de terra, nomeada como acampamento Marli Pereira, existe até os dias de hoje, há aproximadamente treze anos. Sua história é repleta de altos e baixos ao longo dos anos, mas uma coisa fica clara para todos que conhecem a comunidade: existe muita força em movimento de luta em sua trajetória.

Foi possível observar casas humildemente feitas com pedaços de madeira antiga e sobras de entulhos, que contam com quintais verdes de plantações de tomate, abóbora e pequenas árvores frutíferas. A comunidade também possui um barracão, que funciona como cozinha coletiva e espaço comunitário para reuniões.

A estrada onde o Marli Pereira se localiza é repleta de pequenas árvores de *Cnidoscolus aconitifolius* – popularmente conhecida como Chaya – e de *Clitoria ternatea*, uma flor azul, chamada de feijão-borboleta. No território, essas PANC's (plantas alimentícias não convencionais) são abundantes.

Na primeira atividade de campo, toda a alimentação feita na comunidade foi preparada pelas mulheres do acampamento, tudo produzido no território e com o principal ingrediente que deu um toque único e especial ao acampamento: a Chaya. A Chaya é uma planta nativa do México, que, segundo os relatos compartilhados pela comunidade, foi dada às pessoas do Marli Pereira em um dos eventos organizados pelo MST. Sua riqueza varia em grande escala, pois, além de ser uma planta que se adapta fácil e se multiplica muito bem debaixo do sol e com pouca água, é surpreendentemente nutricional e anti-inflamatória. Seu manuseio é tão antigo que os povos Maias já possuíam essa sabedoria da Chaya.

Contudo, por fazer parte da família da mandioca, é uma planta que possui algumas toxinas, e seu consumo não deve ultrapassar o limite de cinco folhas por dia, nem ser consumida crua. Para o seu preparo seguro, são necessários 5 minutos de fervura (MST, 2022).

Na primeira refeição feita no acampamento, fomos apresentadas ao suco, ao patê e à geleia de Chaya. O suco foi feito com uma fruta cítrica, no caso, o limão, para quebrar as toxinas e, ao ingerir a sua folha, nos foi recomendado que ela fosse refogada por pelo menos 15 minutos. Depois desse processo, ela pode ser trabalhada e ingerida da forma que for desejada.

Após esse primeiro contato, caminhamos pela estrada de terra até chegarmos ao lote que o acampamento utilizava para o seu plantio. A parte destinada a cada membro da comunidade é demarcada com mudas da própria Chaya. A plantação varia desde o milho, quiabo, fava, pimenta, até o aipim, a batata, batata doce, feijão,

abóbora, tomate, vagem e, com certeza, muito mais alimentos do que se pôde dar conta.

A comunidade, que aguardava um trator da prefeitura para poder iniciar a limpeza do terreno, se cansou de esperar e realizou a tarefa na enxada. O lote não era muito grande, porém, considerando a quantidade de pessoas presentes do acampamento e as que seriam capazes de executar essa tarefa, foi um trabalho custoso. O acampamento Marli Pereira, no ano de 2019, contava com apenas 6 famílias. Segundo os moradores, o mato ultrapassava a altura de um adulto médio e o terreno estava bastante desregular. Um dos homens, que aparentemente era uma das lideranças da comunidade, atua como apicultor, e disse que um dos planos para aquele lote seria reflorestamento com o intuito de trabalhar com abelhas sem ferrão para fins educativos.

O acampamento contava com uma fossa séptica no terreno do lote das plantações, um mecanismo ecológico de descarte de dejetos humanos que tem como finalidade filtrar e purificar a água descartada, a fim de que a mesma possa ser devolvida e reutilizada no meio ambiente. Depois de algumas horas conhecendo o Marli Pereira, retornamos para o almoço. Foi servido caldo de pinto com Chaya e suco de acerola, recolhida do pé. Seguimos conversando sobre a história do acampamento – essa conversa foi, sem dúvida, um dos pontos mais fortes da atividade em campo. Nos organizamos no grande barracão em círculo, e a palavra estava com eles.

O relato seguiu sob a perspectiva de fatos e experiências vividas pela extraordinária mulher que nos recebeu e que faz parte do acampamento desde a sua origem, há dez anos no ano de 2019. Tudo começou quando militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra entraram em contato com moradores de uma determinada localidade, os convidando para uma reunião sem compromisso para falar sobre o direito à terra. Ela foi, sem saber muito bem o que aquilo era e tendo a única noção através do senso comum de que aquelas pessoas do MST gostavam de roubar terra dos outros, mas, como era um encontro sem compromisso, compareceu a fim de ver o que acontecia.

Chegando à reunião, juntamente com a sua cunhada, os militantes começaram o seu trabalho de base, perguntando àquelas pessoas quem gostaria de ser dono de um pedaço de terra para plantar sua própria comida e ter uma fonte de renda assegurada pelo trabalho na terra. Disseram que o direito à terra deveria ser de todos e não privado em grandes quantidades a pequenos grupos pessoas; que o movimento

não rouba de ninguém, mas luta pelo direito de que todos possam ter o seu pedaço demarcado através do uso social de terras improdutivas, para produzir e plantar sem exposição a agrotóxicos, tudo dentro da ótica da reforma agrária. Ela disse que, no início, ficou meio desconfiada – em parte, pelo olhar repressor que a sociedade imprime aos movimentos sociais, principalmente aos de redistribuição de terras, como o MST – mas que continuou indo, pois sempre sonhou em ter seu próprio sítio para criar cabras, e que, se tudo desse errado, era só sair. Mas, foi ficando e participando dos encontros, de reuniões, até o ponto de ter um kit sem-terra em casa, constituído por uma corda, lona, painéis e coisas básicas, pois, quando chegasse a hora de ocupar não teriam tempo pra arrumar nada, só tinham que ir.

O tal dia chegou. Sem saber para onde, que horas e como seria, tudo era tratado com o mais alto sigilo e organização. Esperaram até uma da manhã, desanimados e confusos por conta da demora – a maioria das pessoas nunca tinha participado de uma ocupação, e o abatimento só não se tornava maior por conta dos militantes mais experientes do MST, que aguardaram com eles, dando orientações até o fim. Com o correr das horas, o ônibus apareceu, e foram rumo à ocupação, em algum lugar em que não faziam ideia de onde era. Ao chegar, não sabiam onde estavam. O escuro da noite não possibilitava a menor tentativa de identificar que local era aquele – só sabiam que era mato, tudo rodeado de mato.

Cortaram as cercas e entraram. Crianças, mulheres, idosos, pessoas simples, que não possuíam histórico de militância, enfrentamento o sistema ali, abaixadas no escuro, sem saber o que lhes aconteceria nas horas seguintes, mas unidas pelo sonho em comum de garantirem a perpetuação de sua sobrevivência por meio do direito básico de terem onde viver e subsistir. Com o tempo, as coisas foram se acalmando e o dia foi amanhecendo. Assim que os grupos foram definidos, começaram a montar as estruturas, os barracões. Ela ficou na comissão da cozinha, e começaram a aprontar tudo, pois havia horas que as pessoas não comiam. A recomendação era de que ficassem juntos. Ninguém deveria estar sozinho, porque, juntos, seria mais difícil de cometerem alguma barbárie. Por fim, a polícia finalmente apareceu. A linha de frente estava nas negociações com a polícia enquanto atrás, homens, mulheres, crianças e idosos, com suas enxadas levantadas, cantavam canções de luta e resistência. Tudo isso acontecendo em plena Baixada Fluminense.

A vida no acampamento seguiu normalmente na medida do possível após esse primeiro confronto. Já havia um mês que estavam ali... A mulher dos olhos verdes

precisava buscar algo que estava em falta no acampamento, quando foi surpreendida por uma ligação dizendo para voltar o mais rápido possível para o acampamento, pois a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil estavam lá a postos para expulsá-los. Chegando lá, não teve jeito – nenhuma negociação foi suficiente para impedir que o trator da prefeitura passasse por cima da plantação que há um mês eles cultivavam com tanto carinho. Destruíram tudo, os barracões, toda a conquista que haviam feito. Pegaram o que dava para carregar e o resto se foi...

Ao saírem da Fazenda Novo Rio, partiram imediatamente para uma outra localidade, pois esse tipo de atividade arbitrária das autoridades já é esperado, e o movimento, segundo ela, é muito bem articulado e organizado. Foram para o local onde hoje se encontra o Marli Pereira. Disse que esse nome foi dado em homenagem à luta de uma mulher negra da Baixada que teve seu irmão assassinado pela milícia e não descansou até colocar os culpados na cadeia. Ninguém sabe da verdadeira Marli Pereira hoje em dia, já que está em algum programa de proteção do governo, mas o acampamento fica localizado em Paracambi e, há dez anos, eles permanecem na luta para conquistar uma terra.

No início, eram 150 famílias. Atualmente, são só 6, que vão sobrevivendo e resistindo da forma que lhes é possível. Nos disse que, ao irem para esse local, a Justiça estabeleceu uma ordem na qual o processo da conquista legal deles ficaria parado por dois anos, o que fez com que muitas pessoas desanimassem e voltassem para suas casas. Passados esses dois anos, alguns voltaram ao acampamento, revezando alguns dias lá, outros em suas casas, com o discurso de que, no princípio, tinham participado da ocupação e que tinham direito caso a terra saísse. Não saiu, as pessoas foram indo e o acampamento foi se enfraquecendo, até que, a um ano atrás, o MST os deixou.

O Movimento Sem Terra foi até as pessoas que ali restavam oferecendo lugares em dois assentamentos, uma garantia já conquistada, podendo finalmente ter o seu tão sonhado pedaço de terra. Alguns foram, como uma moça companheira de luta. Essa moça que partiu rumo ao assentamento, nos relatou a mulher dos olhos verdes, dizia que seu shopping era o lixão, pois comia e vestia o que ali encontrava, e, ao aceitar a proposta do MST, hoje tem sua terra, vive do que planta e está muito feliz com a nova vida. Porém, essas 6 famílias que permaneceram no acampamento recusaram a proposta do MST. Eles disseram que entendem os companheiros que foram, que não culpam o movimento, que os deixou sob a resposta de que não

poderiam continuar a sustentar um acampamento tão esvaziado e que seria muito difícil conseguir a terra no cenário político do ano de 2018, principalmente com tão poucas pessoas. Mas resistiram e disseram que já estão há tempo demais ali para abandonarem tudo, porque ali, naquela estrada de terra, se encontrava o lugar da luta de suas vidas. Não era tão simples abandonar um sonho. Os documentos para conseguirem o lote já estavam quase pronto, só precisam de uma autorização do governo. Nos relataram na época que enquanto existisse a possibilidade, enquanto o INCRA não declarasse como uma causa perdida, eles permaneceriam na luta pelo Marli Pereira.

Depois desse relato emocionante, a hora de ir já estava se aproximando. Fomos para a cozinha aprender a fazer pão de Chaya e pão da flor de feijão-borboleta, a *Clitoria ternata*, a flor azul de incríveis fins medicinais. As senhoras nos ensinaram tudo sobre as PANC's, e, ao fim do lanche, fomos dar um último passeio pelo acampamento.

Conhecemos algumas outras poucas pessoas que moravam ali, pois a maioria – como era o caso das lideranças que nos receberam – aparece no acampamento apenas uma vez ou outra por semana. As que ali vivem de fato estão muito expostas aos perigos e à violência por serem sem-terra, vivendo em uma beira de uma estrada no meio do nada.

As adversidades e privações de quem vive a margem da sociedade em um contexto de luta pela sobrevivência são claras de se imaginar, contudo, ao confrontar a realidade, essas “adversidades”, se tornaram ainda mais evidentes com o dia vivido no acampamento. A condição de vida é muito precária, os barracões são muito caóticos, muitos são junções de entulhos. Uma senhora que nos recebeu estava cozinhando na panela de pressão em um fogão improvisado de tijolos, no qual as suas poucas roupas estavam penduradas ao lado, correndo risco de pegar fogo, e, mesmo dentro de todo esse recorte de vulnerabilidade e contradição, fomos genuinamente bem acolhidas. E alguém, que tão pouco tinha, nos presenteou com muito, nos dando uma imensa abóbora e um farto pote de tomates que havíamos colhido do pé durante a tarde.

A visita ao acampamento Marli Pereira naquele momento em 2019 foi fundamental para o entendimento mais aprofundado ao enxergar a contradição que existe até mesmo dentro de um movimento tão forte e que resiste há tantos anos, como o MST. Ficou evidente que ali havia pessoas que tinham para onde voltar se

algo desse errado, mas também estavam ali os companheiros que não tinham nada a perder, que tudo o que possuíam no mundo estava dentro daquelas barracas. Entretanto, o que brotava da terra semeava a esperança ao futuro.

Abaixo seguem imagens do acampamento Marli Pereira em Paracambi em minha primeira atividade de campo.

**Figura 1** - Lote onde os moradores do Marli Pereira plantavam



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 2 - Chaya**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 3 - Clitoria ternatea / Feijão-borboleta**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 4 - Suco de Chaya com limão**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 5 - Discente da disciplina de Classes e Movimentos Sociais aprendendo a fazer pão de Chaya**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 6** - Discente do GECEP segurando o caldo de aipim com Chaya



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 7** - Tomates colhidos do pé



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 8** - Discente da disciplina de Classes e Movimentos Sociais



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 9** - Grupo GECEP e discentes da disciplina de Classes e Movimentos Sociais com mulheres do Empório da Chaya



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 10 - Colhendo tomates**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 11 - Pão de Feijão-borboleta e bolo de Chaya feito pelas discentes em aprendizado com as cozinheiras do Marli Pereira**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 12 - Visita ao lote de plantações**



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 13 - Cozinheiras do Marli Pereira e companheiras do Empório da Chaya**



Fonte: Acervo pessoal.

## 2.1 O Empório da Chaya

O Empório da Chaya foi fundado em 2015 após um momento de grave necessidade do acampamento. Ao venderem alimentos produzidos com a Chaya e ganharem um ótimo retorno, as mulheres sem-terra viram a PANC como uma forma de continuar lutando e sobrevivendo. A Chaya, dentro da realidade da comunidade, possui uma finalidade quase mística para o acampamento, uma vez que, assim como as memórias de resistência de sobreviver em meio à de tantas dificuldades, a Chaya ocupa esse posto simbólico.

A criação do “*Empório da Chaya*”, um coletivo de mulheres formado através do Acampamento, demonstra a importância da integração entre a comunidade. Através da agroecologia, da produção sustentável e da reflexão sobre suas ações, desde o momento da ocupação do espaço até essas ações concretas de busca pela sobrevivência, resultam em organizações como esta. O reconhecimento do coletivo e de suas produções é fruto da força reunida dessas mulheres. A atuação da mulher não deve restringir-se apenas às ações de produção. O grupo costuma participar de feiras e eventos para expor seus produtos, o suco da chaya é o mais famoso dele mas também são produzidos outras iguarias como geléias, pães, bolos, etc (RUSSO *et al.*, 2021, p. 7).

Ela, uma planta milenar, que, debaixo do sol e da seca, sobrevive e potencializa a dificuldade como práxis, voltada a uma ação transformadora da realidade dos homens e mulheres que constituem coletivamente o Marli Pereira. Uma referência orgânica de resistência.

Uma das principais mulheres à frente do Empório da Chaya, aqui nomeada de a mulher dos olhos verdes, nos relatou que precisaram se retirar do acampamento Marli Pereira por conta de problemas na precária infraestrutura do local. Um dos principais empecilhos que acometeram os moradores do acampamento foi a falta de água, impedindo que a produção do Empório fosse mantida.<sup>1</sup>

O Empório da Chaya é uma das principais fontes de renda das mulheres do Marli, e, diante do grave problema hídrico, muitas pessoas que ainda residiam na comunidade precisaram se retirar e buscar novos lugares, destacando o processo migratório de resistência como uma das características presentes do coletivo. Apesar das vendas de seus produtos lhes garantirem uma renda, a mulher dos olhos verdes faz questão de deixar claro que elas não são empreendedoras – existe ali, entre as

---

<sup>1</sup> Informações obtidas pelo encontro virtual em decorrência da pandemia de covid-19 no ano de 2021.

famílias, um forte laço político, um movimento em movimento de se refazer a vida pública. Camponesas e mulheres urbanas construindo comunitariamente uma vivência de autoformação.

De acordo com a mulher dos olhos verdes, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas, residem cerca de 15 famílias no acampamento, contando com novos integrantes que, por conta do agravamento da crise econômica e social que tem se acirrado no país, precisaram se mudar para o Marli em busca de um lugar para se firmarem. O acampamento permanece sem liderança e ainda possui alguns dos membros mais antigos desde a época da ocupação.

Mesmo com a saída do coletivo e de seus sujeitos, a mulher dos olhos verdes ainda vai até lá para ver os companheiros que permaneceram e que continuam em luta como forma de resistir frente aos desafios que os cercam.

## **2.2 Nova localidade do Empório da Chaya no ano de 2021**

De acordo com o relato de a mulher dos olhos verdes, após os problemas encontrados com a escassez de água, uma oportunidade de mudança para um local melhor surgiu. Com isso, as famílias do Empório migraram para o sítio Recanto do Sabiá, em Engenheiro Gurgel. A nova localidade conta com uma boa estrutura para a produção, possui água e elas só precisariam pagar as contas de luz.

Com a ida do coletivo para o sítio, mais seis mulheres que moravam no entorno entraram para o processo das PANC's, passando a fazer parte do Empório da Chaya. Com isso, o coletivo, em seu processo migratório, passa modificando realidades. Zibechi (2015, p. 168) destaca que, ao se pensar nas dificuldades e nas limitações que os movimentos encontram, um dos principais enfoques está atrelado à expansão, em como fazer com que uma experiência não se veja limitada pela localidade e tenha capacidade de se multiplicar em novos territórios, contribuindo efetivamente na mudança do mundo ou, então, na mudança imediata da realidade do local.

No Recanto do Sabiá, novas oportunidades surgiram, pois o local onde o coletivo atua é próximo ao ponto turístico conhecido como Pedra do Gavião, que conta com belas trilhas e vistas, lançando a possibilidade de futuramente implementarem um ecoturismo no local, dando maior visibilidade e renda para as companheiras do Empório da Chaya.

A mulher dos olhos verdes nos disse que estavam ministrando oficinas e que, aos domingos, abriam uma barraca com alimentos e bebidas oriundos do seu trabalho

com as PANC's. Desse modo, "os movimentos estão começando a converter seus espaços em alternativas ao sistema dominante, [...] convertem-nos em espaços simultâneos de sobrevivência e de ação sociopolítica e constroem neles relações [...] não capitalistas" (ZIBECHI, 2015, p. 163).

O coletivo contava com 12 mulheres até o momento em que o encontro virtual foi feito, pois a maioria delas permaneceu com o coletivo mesmo diante da mudança de localidade.

O coletivo planejava lançar um livro de receitas voltado para o uso das PANC's. Em 2021, era um projeto para o futuro, em 2022 o livro já está publicado e conta com um belo acervo de receitas.

Nos foi contado que a nova localidade era muito fértil, que algumas plantações de PANC's se adaptaram bem melhor no sítio do que no acampamento. O local conta com muitas árvores frutíferas e já possui uma horta de temperos. Para o futuro, o coletivo Empório da Chaya planeja criar um restaurante de comida vegana.

O sítio Recanto do Sabiá foi uma forma que as mulheres encontraram de resistir e continuarem com o trabalho feito pelo Empório, que acontece desde o ano 2015. Contudo, o local permanece apenas para o trabalho coletivo, e não como moradia. A mulher dos olhos verdes revelou que estava morando no assentamento Vitória da União desde a sua saída do acampamento Marli Pereira.

### **2.3 Empório da Chaya em 2022**

Com a melhora do cenário mundial através da vacinação em combate a covid-19, pudemos voltar a pensar as atividades de extensão em campo. Ao planejarmos a visita ao coletivo, ficamos sabendo que ele havia mudado de lugar novamente, não se encontrando mais no sítio Recanto do Sabiá, em Engenheiro Gurgel, mas agora em Juceraba, Nova Iguaçu.

Algumas novidades foram se desenrolando durante a tarde de 5 de setembro em que a visita aconteceu. O livro que o coletivo planejava publicar, que ficamos sabendo no encontro online de 2021, nasceu, intitulado como *Memórias, histórias e receitas*, possuindo tanto versão digital como física. Outra novidade é que o coletivo agora está com o Movimento dos Pequenos Agricultores, o MPA, marcando um novo ciclo para o Empório, que há anos já não estavam mais com o MST, se encontrando sozinhos diante ao cenário político e social em crise. Atualmente fazem parte do coletivo vinte e três pessoas, sendo cinco homens e dezoito mulheres. Dos vinte e

três membros, sete ainda possuem a memória da ocupação. A maior parte das famílias que deixaram o acampamento Marli Pereira da Silva está situada em assentamentos, como o do Tinguá, Terra Prometida, Macaé e Quatis.

Abaixo, seguem as imagens na atual localidade do Empório da Chaya em Jaceruba/Nova Iguaçu.

**Figura 14** - Atividade de campo do GECEP contando com a participação dos alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo e de outras áreas de conhecimento



Fonte: Acervo pessoal.

**Figura 15** - Roda de conversa sobre os saberes tradicionais através do manuseio das PANC's e narração sobre a trajetória do Empório da Chaya



Fonte: Acervo pessoal.

## 2.4 Saberes Agroecológicos

O acampamento Marli Pereira se encontra em processo de ruína, mas as famílias que ali iniciaram suas lutas por outro modo de vida continuam em movimento de luta. Essas pessoas em movimento de transformação da sociedade, de acordo com Zibechi (2015, p. 162), foram responsáveis por uma grande virada, pois já não são seres humanos que sobrevivem dos restos da sociedade de consumo capitalista – são sujeitos que passaram a produzir alternativas de existência, produzindo seus próprios alimentos, os vendendo ou trocando, o que se tornou uma das maiores vitórias dos movimentos sociais dos últimos anos, principalmente em termos de autonomia.

Um outro ponto de destaque é que os movimentos sociais das últimas décadas, “índios comunitários, camponeses, sem-terra, sem-teto e piqueteiros, mas também movimentos não territorializados de mulheres e jovens” (ZIBECHI, 2015, p. 162), passaram a incorporar meios de organização baseados na família – não a família nuclear tradicional, mas criando outras formas mais complexas e comunitárias de família, dando novos desafios para o sistema (ZIBECHI, 2015). Como se pode observar especificamente no caso do Marli Pereira e nas lutas sem-terra, “os núcleos

básicos são compostos por famílias que convivem sob as mesmas lonas ou são vizinhos nos acampamentos” (ZIBECHI, 2015, p. 163).

A importância que as famílias exercem dentro desses movimentos sociais escancara novas formas de relações sociais, assim como o papel feminino que tem ganhado destaque, alterando, inclusive, os meios de se fazer política. Zibechi (2015, p. 163) cita em sua obra quatro exemplos dessas novas formas que tem alterado, a partir da luta, as relações sociais, como “a relação público-privada, as novas formas de adquirirem as novas famílias, a criação de um espaço doméstico que não é público nem privado, mas algo novo que engloba ambos, e a produção e reprodução da vida”.

Diante das potencialidades que esses movimentos auto-organizados têm adquirido, em especial os movimentos da América Latina, até sete características em comum se destacaram ao longo dos anos, como: a autonomia sobre as instituições; o enraizamento territorial alcançado através das lutas populares; a afirmação de uma identidade própria que demarca suas diferenças e diversidades dentro do movimento; a eficácia em formar seus próprios intelectuais, tomando para si novas formas de educação; o protagonismo das mulheres e, no caso, da família como base de sustento para esses movimentos; relações orgânicas com a natureza, sem divisão do trabalho baseada em meios tayloristas (ZIBECHI, 2003 *apud* ZIBECHI, 2015, p. 162).

A produção da diversidade que tem efervescido dentro dos movimentos latino-americanos tem resgatado um “processo natural de vários milhões de anos” de acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 235). A evolução da civilização humana se amparou na identificação e na criação da diversidade, operando em harmonia com as leis naturais. Contudo, ao devastar a diversidade biológica silvestre e, com isso, a pluralidade genética de várias espécies de animais e plantas domésticas, as multiplicidades existentes de cultura constatada pela língua ou pelos genes – assim como as sabedorias locais e tradicionais – têm sido suprimida pela sociedade industrial na mesma medida que têm destruído os elementos protagonistas do complexo biocultural da espécie humana (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 238).

A aniquilação da diversidade expressa a destruição da criatividade, conseqüentemente provocando a degradação do ato de criar o novo, de descobrir, refletindo no fim da experiência cultural e biológica. Conforme os autores Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 236) destacam, a representatividade da memória biocultural para a espécie humana retrata uma expressão da diversidade conquistada, atribuindo

um significativo valor para a mais plena compreensão do presente e a composição de um futuro alternativo erguido sobre as inércias e impulsos atuais.

Um desses acontecimentos que se destaca é a ruína que o mundo vem presenciando da diversidade agrícola. Esse acontecimento ocorre em decorrência da propagação de processos industrializados na pecuária, nas formas de produção agrícola e nas florestas. A mecanização e o emprego de substâncias químicas – venenos nas plantações – têm sido os principais atores responsáveis pela erosão genética e pelo dano causado a inúmeras variedades tradicionais que têm sido usadas há milhares de anos pela espécie humana, sendo substituídos por animais e plantas de maior rendimento, como é o exemplo dos alimentos transgênicos.

O desastre causado pela agricultura industrial não é medido “apenas” pela vasta contaminação proveniente dos agroquímicos, mas também pela radicalização dos habitats originais, que foram reduzidos a piso de fábrica cultivando uma única espécie assim como também pela erosão genética, como já fora falado, em detrimento de variedades modificadas em favor do lucro; pelo desperdício dos recursos naturais, ultrapassando níveis perigosos para a vida; pelo crescimento do uso arriscado de organismos transgênicos, assim como pela produção de alimentos perigosos; pelo incalculável impacto cultural nocivo, como pela liquidação das memórias ancestrais que retratam mais de 10 mil anos de saberes tradicionais, nascidos pela relação orgânica de homem x natureza (TOLEDO; BARRERA-BOSSOLS, 2015), relação que vive sob ameaça de extinção.

Em contestação a todos esses perigos que o agronegócio representa, a agroecologia vem não apenas como um método de cultivo sustentável, mas emerge como um projeto societário, uma saída diante do contexto de barbárie social. “[...] a agroecologia procura construir os fundamentos e métodos científicos de uma agricultura alternativa [...], empenhada em aplicar os princípios da ciência ecológica no desenho e no manejo de agroecossistemas sustentáveis [...]” (ALTIERI, 1995; GLIESSMAN, 1998 *apud* TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 244).

A agroecologia tem sido difundida por um grupo de organizações, instituições voltadas ao ensino e a pesquisa de forma científica, assim como pelos sujeitos sociais, pelos movimentos e como luta política (GUHUR; SILVA, 2021). A agroecologia possui suas raízes nas práxis dos povos originários e dos camponeses há cerca de 12 mil anos aproximadamente, que criam e recriam as chamadas "agriculturas" (GUHUR; SILVA, 2021).

As práticas do fazer agroecológico vêm, em contrapartida, à forma de produção e reprodução capitalista, assim como um extenso histórico de luta e resistência dos povos originários e dos camponeses. Contudo, apenas no século XX esse método se tornou sistematizado, ganhando um próprio corpo de fundamentos científicos e tomando maior forma, por meio da luta política, a partir do início do século XXI (GUHUR; SILVA, 2021).

Os povos originários e camponeses foram os primeiros agricultores, criadores e pesquisadores que, ao longo de gerações, identificaram, domesticaram, selecionaram e conservaram as espécies úteis aos seres humanos; que desenvolveram ferramentas, formas de trabalho e técnicas de produção adaptadas às mais diferentes situações; que configuraram agroecossistemas e sistemas de produção, em um processo de coevolução com as condições naturais locais e, a partir de sua imbricação e cotidianidade com a natureza, constituíram as mais antigas cosmovisões. (GUHUR; SILVA, 2021, p. 60).

Foram esses mesmos povos os responsáveis pelo crescimento das civilizações, assegurando a produção de alimentos capazes de sustentar os trabalhadores das grandes cidades, assim como de todas as classes sociais. Mesmo diante de formas distintas de composições sociais e de formas de produção, ante a domínios violentos perante diversas formas de opressão e, em muitos momentos, sob o manto de culturas reacionárias, contudo, sempre resistindo ativamente por meio de revoltas, revoluções populares e guerras pela independência (TARDIN, 2012 *apud* GUHUR; SILVA, 2021).

Diante dessa lógica de produção e reprodução capitalista, os saberes tradicionais dos camponeses e dos povos originários foi apropriado e desprezado. Após muitos anos, o termo "agroecologia" voltou à tona, e não à toa, mas pela necessidade de se resgatar formas ancestrais que pudessem agir como alternativa à agricultura industrial, que "[...] já no século XIX levava a exaustão dos solos na Europa e na América do Norte" (FOSTER, 2005; MAZOYER; ROUDART, 2010 *apud* GUHUR; SILVA, 2021, p. 61). Frente a essa necessidade, pesquisas científicas e tecnológicas deram as bases fundamentais para a Revolução Verde. Entretanto, os danos causados por ela foram se tornando cada vez maiores e difíceis de se desprezar. Em 1962, foi lançado o livro *Primavera Silenciosa*, por Rachel Carson, tornando-se uma referência nas denúncias contra os efeitos nocivos dos agrotóxicos no corpo humano e no meio ambiente. Nesse contexto difícil de ser ignorado, *Primavera Silenciosa* foi o despertar para movimentos de contracultura que ocorreram nas décadas de 1960 e

1970, marco importante também para as pesquisas voltadas à agricultura indígena e camponesa (WEZEL, 2019 *apud* GUHUR; SILVA, 2021).

Perante a esse cenário de oposição às práticas industriais, o contexto político e social efervescia com os movimentos camponeses, políticos e acadêmicos. Na conjuntura brasileira, em 1970, o movimento de oposição à modernização conservadora da agricultura foi ganhando corpo por meio de profissionais e intelectuais da área das ciências agrárias, chamando atenção para a Associação dos Engenheiros Agrônomos, a Faeab; o Movimento de Agricultura Alternativa, constituídos por ambientalistas e estudantes do ensino superior público; frente à organização dos Encontros Brasileiros de Agricultura e os Encontros Regionais de Agricultura Alternativa, o movimento estudantil teve um enorme papel nos anos de 1980, e foi a partir desta década que a expressão agroecologia se difundiu. Os principais pensadores agroecológicos da época que mais ganharam destaque foram: Ana Maria Primavesi, Arthur Primavesi, Sebastião Pinheiro, José Lutzenberger, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Adilson Paschoal (GUHUR; SILVA, 2021).

No território brasileiro, um calendário fixo de ações mobilizadas foi instituído nos anos 2000, no qual as de maior visibilidade foram: o Encontro Nacional de Agroecologia, importante para a organização da Articulação Nacional de Agroecologia e para a Jornada de Agroecologia, realizada no Paraná desde o ano de 2002; a campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”, através da Via Campesina, assim como o Congresso Brasileiro de Agroecologia, originando a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) desde o ano de 2003; e sem esquecer da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida desde 2011, bem como a Feira Nacional da Reforma Agrária, desde o ano de 2015 (GUHUR; SILVA, 2021). Como fica evidente, o despertar para os saberes tradicionais agroecológicos foi se firmando ao longo dos anos, não sendo mais apenas uma atividade erudita, mas ganhando bases científicas de sua eficácia, contudo “A dimensão científica da agroecologia, embora essencial, não é suficiente para compreendê-la” (GUHUR; SILVA, 2021, p. 64).

Em uma primeira aproximação, a agroecologia poderia ser reduzida a um conjunto de técnicas e práticas de produção agrícola. Entretanto, nas práticas sociais originárias e camponesas, não completamente subsumidas ao capitalismo, se encontram entranhados os sistemas de conhecimento tradicionais, razão pela qual recuperar as práticas é também resgatar os saberes tradicionais que foram e estão sendo erodidos [...]. (GUHUR; SILVA, 2021, p. 64).

É indispensável conceber a agroecologia enquanto práxis, pois a práxis propõe a perspectiva de uma compreensão consciente sobre o alcance que a dimensão ecológica desempenha no ser social.

A prática social agroecológica se expressa ao mesmo tempo como um ato prático-material e como ideação e reflexão, em uma relação dialética ação- - pensamento-ação, práxis, ação consciente sobre a natureza que transforma também o próprio sujeito. A produção camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e reprodução da vida, produção e consumo; logo, a produção agroecológica não é isolada das demais esferas da vida. A práxis agroecológica [...] tem implicações na vida cultural, social, estética, lúdica e afetiva – o que às vezes acaba se traduzindo na identificação da agroecologia como ‘modo de vida’ (FÓRUM INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2015 *apud* GUHUR; SILVA, 2021, p. 64-65).

Como dito anteriormente, as práticas da agroecologia estão ligadas a um laço simbólico com ancestrais práticas tradicionais dos povos originários e com os povos do campo – isso não significa que os novos instrumentos e as novas técnicas ligadas aos mais modernos maquinários não possam ser redirecionados para práticas ecológicas atuais, reduzindo o árduo trabalho agrícola ao mesmo tempo que se expande os níveis de produtividade. O objetivo é o de se superar as modernas práticas indústrias agrícolas, voltadas ao lucro e ao envenenamento dos alimentos, que nasceram com a Revolução Verde, “adaptando e apropriando criticamente aquelas adequadas as ‘necessidades humanas genuínas’” (FOSTER, 2005 *apud* GUHUR; SILVA, 2021, p. 65) e as redirecionando rumo aos parâmetros da agroecologia, da cultura e dos engenhos sociais.

A agroecologia habita o campo da política, das formas de enfrentamento das estruturas de poder vigentes na sociedade, renegando o agronegócio, pois a possibilidade de coexistir entre ambos não é viável. Isso se dá pela disputa de poder entre os dois lados, conflitos por território e pelo direito à terra e suas condições de produção, com a agroecologia afirmando, no ceio de sua luta, a necessidade por uma reforma agrária como uma questão urgente a ser conquistada, em oposição à perspectiva estrutural do capitalismo. Com isso, Guhur e Silva (2021, p. 67) apontam que:

Promover a agroecologia significa, para os camponeses e povos tradicionais e originários, lutar cotidianamente contra a despossessão e expulsão da terra, contra a mercantilização dos bens comuns [ver Bens Comuns], a criminalização dos movimentos sociais populares, as restrições de acesso à terra, à água [ver Água], às sementes [ver Sementes] e demais meios de trabalho. Na disputa por seus territórios e por condições materiais e culturais de produzir e viver, enfrentam poderosas forças contrárias em processos de intenso conflito (Michelotti et al., 2018), frente às quais precisam organizar-se

coletivamente, e, muitas vezes, buscar alternativas locais comunitárias, cooperativas e autogestionárias.

O filósofo indígena Ailton Krenak traz uma inteligente perspectiva sobre o relacionamento do homem com a natureza e as principais consequências de relação de devastação do meio ambiente, traçando um panorama atual com a pandemia de covid-19, em seu livro *O amanhã não está à venda*. Ao destacar o isolamento social que o mundo precisou adotar, Krenak afirma o seguinte sobre o privilégio de estar em contato com natureza no isolamento de seu povo: “Como posso explicar a uma pessoa que está fechada há um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas hoje já plantei milho, já plantei uma árvore” (KRENAK, 2020, p. 4).

Os saberes dos povos originários sobre a forma de como se lidar com a terra rompe com a lógica do capital. Em um exemplo muito perspicaz, Krenak relembra o acidente no Vale do Rio Doce, quando engenheiros pediram a sua opinião sobre o que fazer para se recuperar as águas e a vida do rio.

‘A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos de parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros das margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida’. Então um deles me disse: ‘Mas isso é impossível’. O mundo não pode parar. E o mundo parou. (KRENAK, 2020, p. 5).

A experiência que o mundo globalizado viu diante da pandemia despertou um alarme de que “hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Assistimos a uma tragédia de gente morrendo em diferentes lugares do planeta [...]” (KRENAK, 2020, p. 5). Se, anteriormente, eram os povos indígenas, os quilombolas, os aborígenes, o povo sem-terra, sem-teto e tantos outros que se viam isolados e ameaçados, a pandemia veio descortinar que toda a espécie humana está sob forte ameaça de extinção. “A natureza segue. O vírus não mata pássaros, ursos, nenhum outro ser, apenas humanos. São os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise” (KRENAK, 2020, p. 7).

O que aconteceu nesses últimos anos com a covid foi desastroso, porém a sociedade precisa ter em mente que é necessário abandonar o antropocentrismo, uma vez que existe uma vastidão de vida no planeta a qual não faremos falta para a biodiversidade (KRENAK, 2020) – pelo contrário, a natureza sempre encontra uma forma de se refazer e continuar. Aprendemos, desde muito cedo, que existem diversas listas de extinção, e os seres humanos aumentam enquanto essas listas não param

de crescer, devastando florestas, rios e animais. A humanidade vai se vendo descolada do organismo vivo que é a Terra, ampliando sua destruição em massa, vivendo em uma espécie de abstração civilizatória que esmaga a pluralidade da vida, dos hábitos, da diversidade e da existência (KRENAK, 2020).

Assim sendo, relações respeitadas com a natureza e ações anticapitalistas não dizem respeito apenas ao meio ambiente, mas a todo o modo de vida, pois as formas nas quais a relação homem/natureza ocorre se entrelaçam com toda a esfera da vida, em circunstâncias de barbárie (VEIRA, 2018). "[...] não é mais uma alternativa produzir uma maneira menos agressiva. É o único meio para sobreviver" (PRIMAVESI, 2016, p. 196 *apud* VIEIRA, 2018, p. 110).

Localizados como extremos, a humanidade se encontra em uma guerra na qual, em um polo, se encontra a parte moderna e, em outro polo, a parte tradicional de nossa espécie. Cogitar uma modernidade alternativa à vigente denota, em primeiro lugar, retomar a memória histórica, posto que somente a partir da ação de se recobrar as formas tradicionais é que a humanidade poderá traçar um novo caminho para um mundo duradouro (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). "A memória é um recurso primordial, imposterável e insubstituível de toda a consciência histórica" (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 257), e o ser humano, enquanto unidade social e biológica, ignora a maneira histórica de seu surgimento e de como tem transformado o mundo ao seu redor (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

No entanto, é apenas por meio da ação de se resgatar a memória biocultural de nossa espécie enquanto tarefa imprescindível que poderemos traçar caminhos rumo a uma modernidade alternativa, uma que não anule as sabedorias ancestrais, mas que colabore e evolua com os conhecimentos tradicionais em um processo de aprendizado com os povos originários das florestas, dos campos e dos territórios urbanos.

### 3. CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A CRISE DE TODO UM MODO DE VIDA

“No começo, a terra dos antigos brancos era parecida com a nossa. Lá eram tão poucos quanto nós agora na floresta. Mas seu pensamento foi se perdendo cada vez mais numa trilha escura e emaranhada. Seus antepassados mais sábios, os que Omama criou e a quem deu suas palavras, morreram. Depois deles, seus filhos e netos tiveram muitos filhos. Começaram a rejeitar os dizeres de seus antigos como se fossem mentiras e foram aos poucos se esquecendo deles. Derrubaram toda a floresta de sua terra para fazer roças cada vez maiores. Omama tinha ensinado a seus pais o uso de algumas ferramentas metálicas. Mas já não se satisfiziam mais com isso. Puseram-se a desejar o metal mais sólido e mais cortante, que ele tinha escondido debaixo da terra e das águas. Aí começaram a arrancar os minérios do solo com voracidade. Construíram fábricas para cozê-los e fabricar mercadorias em grande quantidade. Então, seu pensamento cravou-se nelas e eles se apaixonaram por esses objetos como se fossem belas mulheres. Isso os fez esquecer a beleza da floresta. Pensaram: ‘Haixopë! Nossas mãos são mesmo habilidosas para fazer coisas! Só nós somos tão engenhosos! Somos mesmo o povo da mercadoria!1 Podemos ficar cada vez mais numerosos sem nunca passar necessidade! Vamos criar também peles de papel para trocar!’. Então fizeram o papel de dinheiro proliferar por toda parte [...]”

Davi Kopenawa, A Queda do Céu.

De tempos em tempos, a classe dominante se vê estarecida diante das crises econômicas que acometem a sociedade como se não passassem de puro revés – indicando a solução do problema, no resgate da ideologia keynesiana e na regulação, como destacou o Nobel da Economia de 2006, Edmund Phelps (MÉSZÁROS, 2011). O ponto importante, contudo, é que tais crises econômicas são inerentes ao próprio capitalismo. Sua verdadeira natureza autodestrutiva está presente desde o seu desenvolvimento, no qual incessantes crises ocorreram ao longo da história, expondo a instabilidade presente em seu sistema. Os estágios de superprodução e expansionismo desenfreado sempre foram acometidos seguidamente por depressões, desemprego em massa, bancarrota e miséria. A oportunidade de recuperação econômica que antes era vista vai se esvaindo diante da obsolescência planejada por parte das empresas – que progressivamente mais produzem mercadorias contando com sua descartabilidade a curto prazo –, tornando a circulação de mercadorias gradativamente mais veloz.

Sua dimensão autodestrutiva, presente no sociometabolismo do capital, se configura não apenas gerando vulnerabilidades entre os trabalhadores, mas também entre os países, submetendo o mundo à exploração e às desigualdades crescentes – não limitando mais o alcance do desemprego as periferias, mas passando a atingir os

centros também. Desse modo, Antunes (2011, p. 12) reafirma que, ao contrário dos ciclos de expansão que deram forma ao capitalismo no decorrer de sua trajetória histórica – alternando intervalos entre expansionismo e crises – desde o fim da década de 1960 e início dos anos 1970, estamos diante, como define István Mészáros, de uma *depressed continuum*, manifestando as características de uma crise estrutural.

A crise que vivenciamos no nosso tempo histórico é sistêmica. Incomumente às crises anteriores, que possuíam intensidade e duração diferente umas das outras – exibindo o natural aspecto de funcionamento do capital, que é expandir-se progressivamente além de suas fronteiras enquanto amplia sua prática de dominação –, a atual crise é profunda e está entranhada nas estruturas sociometabólicas do capital. Ela não iniciou em 2008, com o rompimento da bolsa imobiliária estadunidense, mas quatro décadas atrás, o que a torna silenciosa e seus efeitos quase inexistentes para aqueles com o olhar distraído. Estabelecida nos anos de 1970, a grande crise exibiu uma nova face na história do capitalismo, na qual “[e]mbora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural” (ANTUNES, 2011, p. 10).

É importante saber distinguir uma crise periódica/conjuntural de algo mais profundo e fundamental, visto que as formas de desenvolvimento e enfrentamento de ambas são completamente diferentes. A exemplo disso, temos a crise de 1929-1933, conjuntural, periódica e duramente implacável. Seus danos foram rapidamente sentidos, mas, dentro dos próprios padrões do sistema, pôde ser controlada. A crise estrutural já possui um funcionamento diferente – sua natureza não explosiva, em discrepância com as grandes tempestades das crises cíclicas, sujeita a situação a soluções fundamentalmente mal planejadas, de modo que, na falta das “tempestades”, a sensação de estabilidade, ou, ainda pior, de capitalismo organizado, prevalece (MÉSZÁROS, 2021). O que torna um “exagero” aos olhos da sociedade o chamado de urgência a alternativas radicais que a conjuntura exige.

A crise engloba tudo. Todos os aspectos da vida que conhecemos serão afetados esmagadoramente por seus efeitos. Mészáros (2021) apresentou os quatro aspectos essenciais na nova crise, sendo o primeiro deles seu caráter universal, o qual, em vez de estar limitado a um setor da produção específico – como o comercial, o imobiliário ou o financeiro –, a crise irá se desencadear em todas as esferas. Em segundo lugar, não afetará alguns países específicos, como nas crises passadas, mas terá, literalmente, um alcance global, na forma mais perigosa e ameaçadora possível.

Seu terceiro aspecto, a escala de tempo, é extensa e permanente, não cíclica e limitada como outrora. Por último, em sua quarta expressão, de forma distinta aos colapsos grandiosos do passado, o desenrolar da crise sistêmica é progressivo. Contudo, não se pode descartar as convulsões mais violentas e impetuosas que o futuro reserva, ou seja, “quando se esgotar a força da maquinaria complexa que agora está ativamente empenhada na ‘gestão da crise’ e no deslocamento mais ou menos temporário das crescentes contradições” (MÉSZÁROS, 2021, p. 125).

Consequentemente, em vista de como a crise sistêmica se desdobra, torna-se claro que seus elementos não pareçam graves a curto prazo devido ao seu caráter progressivo e “lento”, com uma “falsa aparência de ‘normalidade’” (MÉSZÁROS, 2021, p. 127), se comparado às crises conjunturais e seus velozes efeitos destrutivos, porém, nada é tão crítico à sobrevivência humana quanto a crise sociometabólica do capital. Seus efeitos abalam diretamente a totalidade de um complexo social, interferindo em todas as relações, e, apesar da rigidez momentânea de uma crise cíclica, ela não é capaz de atemorizar a contínua permanência da estrutura global. Assim, como ressalta Mézáros (2021, p. 126, grifos do autor), “uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites  *finais*  de uma estrutura global”.

O keynesianismo, que, em tempos de crises conjunturais e recessões econômicas, era visto como uma saída para as empresas privadas incapazes de se reerguer sem a intervenção estatal – e nada poderá diante da grande crise, nem sequer com os trilhões das operações de salvação do Estado capitalista. Tal saída também vem sendo utilizada por meio de reformas redistributivas por parte da esquerda neokeynesiana, que, frente ao contexto catastrófico, faz com que os trabalhadores sejam compelidos – até mesmo por seus sindicatos – a aceitar a situação caótica que está afetando toda a economia global, os submetendo a até mesmo se conformar com o congelamento de seus salários com a promessa de que, assim, a ordem econômica se estabelecerá novamente. A respeito desse movimento, Mézáros (2011) enfatiza que, diante desse caminho defensivo traçado pelo movimento sindical, as chances de se alcançar uma real mudança fica em segundo plano diante da força das circunstâncias, e, no melhor dos cenários, a transformação social almejada fica para um futuro genérico que, quiçá, pode nunca chegar.

Ao longo dos anos, tais reformas sociais redistributivas – sendo keynesianas de “esquerda” ou não – jamais conseguiram e jamais conseguirão se aproximar de

mudanças sólidas que afetem as estruturas do sistema. As promessas em campanhas políticas de aumento de emprego, garantia de direitos trabalhistas e melhora na qualidade de vida sempre se reiteram e, mesmo que, momentaneamente, façam alguma diferença, não serão permanentemente alcançadas nessa direção.

Referente à questão sindical e à dos partidos políticos que representam a classe trabalhadora, Mészáros (2011) destaca que é preciso uma abordagem totalmente diferente das que ocorreram no século passado, pois as divisões da classe trabalhadora não acontecem somente no domínio político, e sim de forma integral na sociedade, tornando-se evidente em diversos países e dando êxito ao termo “divide e governa”, que vem ocorrendo durante séculos incontáveis na história. Ao exemplificar, o autor (MÉSZÁROS, 2011) usa como referência o que acontecia aos trabalhadores da Ford nas Filipinas, que adquiriam um salário 25 vezes menor que os trabalhadores de Detroit nos Estados Unidos. Ambos os grupos de trabalhadores executavam a mesma função na linha de montagem e eram expostos a uma diferença salarial gritante. Qual o motivo por trás disso? Um outro exemplo dado se refere aos operadores de guindastes estadunidenses que recebem 160 mil por ano enquanto bilhões de pessoas permanecem com quantia inferior de US\$ 2 no dia. Os níveis de desigualdade causados pelo capital beiram a obscenidade, e os exemplos escandalosos de riquezas concentradas a pouquíssimas pessoas em contradição com os milhões de seres humanos em situação de insegurança social não chocam quase mais ninguém. Em concordância com Antunes (2011), os governos dos países que se encontram diante da crise – Estados Unidos e nações europeias – em diversas partes do mundo insistem na redescoberta do estatismo privatizado como solução.

À vista deste panorama, tornou-se inegável o fracasso da ideologia keynesiana do século XX, assim como o fracasso ocorrido com a antiga URSS – marcada como “pós-capitalista” –, que, apesar de ter se consolidado através da luta operária a fim de aniquilar o capital, foi por ele englobada. Ocorre que seu sistema sociometabólico funciona como uma espécie de tripé, constituídos pelas dimensões primordiais de *capital*, *trabalho assalariado* e *Estado*, no qual uma sociedade “pós-capitalista” não pode superar o capital e atingir o socialismo em seu aspecto real sem a destruição total das três esferas fundantes que instituem o sistema.

### 3.1 O papel do Estado no agravamento da crise

No século XX, o Estado passou a definir um papel cada vez mais frequente, em simultaneidade com a necessidade de seu suporte – em que suas forças ativas foram sendo requisitadas em maior grau – diante das carências econômico-reprodutivas do capital, fomentando até mesmo guerras mundiais a fim da recuperação do sistema. A interferência do Estado também remete a um período anterior a esse contexto temporal citado acima, no qual o mundo também foi submetido a algumas tentativas – tanto quanto perigosas como fracassadas – a fim de tentar superar a grande crise do capitalismo. A exemplo disso, temos a revolução russa de 1917, na errônea tentativa de se atingir o pós-capitalismo paralelamente fazendo parte da estrutura do sistema do capital, como também as vias mais extremas de superação à crise, como depois ocorreu na Itália, consolidando sua fase fascista com Mussolini, e na Alemanha nazista de Hitler. Nas três conjunturas, o capitalismo prevaleceu e, independentemente dos mecanismos e dos recursos para se chegar a tal, a partir da rígida intromissão do Estado, a continuidade do sistema pôde ser assegurada para viver mais um dia.

No livro *Para além do capital*, Mészáros (2002) cita outras formas de intervenções estatais que administraram a crise do capitalismo, como o auxílio direto na cadeia produtiva e viabilizar o desenvolvimento monopolista, ofertando proteção aos seus interesses fundamentais pelo meio de regulamentação das fusões em decorrência da livre competição e do ganho nacional. Como se mostra evidente, o Estado é plenamente comandado pela ordem do capital. Esperar posições corretivas e plenamente modificadoras por parte de seu domínio é significativamente ilusório – tanto no âmbito liberal-democrático, como nas composições ditatoriais, sua verdadeira responsabilidade sempre será com o resgate das forças reprodutoras do sociometabolismo do sistema, independentemente do que tenha que destruir no caminho. Somente uma alternativa substancialmente diferente, radical e sustentável poderá enfrentar as forças da oposição. A verdadeira contraposição que precisa ser inteiramente assegurada é a lei autonomamente determinada pelos sujeitos livres em todos os aspectos de suas vidas, a começar de suas atividades produtivas mais urgentes a suas imposições reguladoras mais importantes de seus métodos de tomada de decisão, tanto no âmbito cultural como global (MÉSZÁROS, 2021).

Essencialmente, tudo aquilo que pode ser solucionado, superado, também pode encontrar suas formas de se restituir. “A política muitas vezes desempenhou um papel fundamental, dando início a grandes transformações no passado. É preciso manter isso conosco também em um futuro previsível” (MÉSZÁROS, 2021, p. 173). Todo e qualquer caminho que venha a ser determinado a fim de elaborar uma investida de correção por parte do poder executivo ou de ações parlamentares neokeynesianas, operam somente como intervenção paliativa, pois, estruturalmente, a questão é imensamente profunda e não pode ser encarada como uma mera crise. E mais, de acordo com Mézáros (em uma entrevista para o Roda Viva em 2002), o parlamento não é uma instituição democrática. É uma instituição em perigo de extinção controlada pelo capital. Diante do que possa vir no amanhã, é preciso estar claro o comprometimento do Estado em todas as suas esferas como instrumento de perpetuação do capital – seja através de recursos políticos ou militares, o Estado agracia, com fundos financeiros exorbitantes, a sustentação e a efetividade do capitalismo. Em uma entrevista realizada no Brasil cedida ao programa Roda Viva, Mézáros (2002) afirma que o sistema capitalista não sobreviveria uma semana sem a astuta participação do Estado. Com isso, torna-se irreal acreditar que, com o seu fortalecimento, ou com sua reforma, o Estado estaria apto a resolver a questão do empobrecimento e das mazelas sociais as quais a população mundial afunda. A luta de enfrentamento a essa nova realidade esmagadora e suas alternativas não se encontram no âmbito institucional – é necessário se ter no horizonte que a luta é para além do capital.

Contrariamente ao que prega a irrealidade política que é concebida como a doutrina neoliberal acerca do Estado mínimo e do livre mercado, o exercício do Estado em nossa sociedade é enorme e caminha no sentido contrário. Ele é peça fundamental no jogo do capital, e exercendo poder total – historicamente – no progresso capitalista, é componente indispensável para o desenvolvimento do sistema no início do século XX, dando o aparato necessário para que o capital pudesse alcançar sua devida força para se instituir. Diante dos fatos, faz-se importante destacar a contradição existente entre o capital e a democracia, visto que o totalitarismo é condição intrínseca ao processo de controle exercido pelo capital na sociedade. A vida política, cultural, religiosa, econômica e a reprodução das relações sociais, em todas as esferas, estão submetidas à lógica de controle existente para o seu desenvolvimento. Mézáros (2002) nos incumbe de encarar a custosa realidade, ressaltando que a presença da

democracia liberal só é assentida em alguns países e sob determinadas circunstâncias, sendo uma exceção para o capital. O autor (MÉSZÁROS, 2002) ainda enfatiza que um considerável número de países não vive uma realidade democrática, apenas ilusões de democracia ou, como o mesmo chama, “democracia de propaganda”, contudo sem instituições que sejam essencialmente democráticas – a exemplo do Brasil e de muitos países da América Latina.

Desde a perpetuação da crise estrutural, todos os Estados – até mesmo os de países de centro capitalista – passaram a incorporar leis de cunho autoritário, inclusive as ditas democracias liberais. Não muito distante, o mundo pôde observar países avançados, como a Itália e a Alemanha, passarem por um estágio absolutamente fascista, e não se deve fantasiar com os Estados Unidos sendo a pátria da liberdade e da democracia. Para a sociedade, fica o indispensável dever de defender e lutar pelos valores democráticos contra as esmagadoras forças dominantes do capital.

### **3.2 Tempos de barbárie**

O mundo globalizado tem imergido profundamente nos altos índices de desemprego e de barbárie, diante do agravamento estrondoso da degradação social, que atinge diretamente o ponto central do capitalismo. O que tem se mostrado diante de nós como consequência da deterioração do trabalho normatizado e regulamentado – oriundo das lutas populares – é a transição para o trabalho informal, atípico, o incentivo crescente ao empreendedorismo e o falso conceito disseminado de “liberdade e autonomia” do trabalhador, que cria seu próprio horário e gere seu próprio negócio. O obscurantismo por trás dessa falácia de autogestão do próprio trabalho está presente na ausência de direitos trabalhistas e da proteção sindical que, antes, lhe era assegurada. Contudo, a precarização do trabalho e o desemprego têm se apresentado como uma realidade intensa, atingindo até mesmo os trabalhadores estáveis e formais. Como efeito do destrutivo funcionamento do capital, até os que possuem vínculo empregatício se veem expostos à perda dos seus direitos sociais e dos avanços históricos conquistados durante anos de luta dos trabalhadores, sujeitando milhões de homens e mulheres a exclusão do mundo produtivo e renovando, até nos mais remotos lugares, categorias informais de trabalho, condenando até mesmo os que ainda permanecem trabalhando a condições de vulnerabilidade (ANTUNES, 2018).

O trabalho vivo, substituído em larga extensão desde os primórdios pelo trabalho morto, tem sujeitado nos últimos tempos – diante da grave crise – incontáveis seres humanos a condição inalterável de desemprego, convertendo o exército industrial de reserva à massa sobrando permanente, tornando um fato em nossa sociedade atual o que Antunes chama de *O privilégio da servidão*, na qual, mesmo diante de condições abomináveis, tornou-se um privilégio estar submetido a exploração.

Não obstante, as consequências não param por aí – se ocorrer, enquanto solução, o aumento da produção acima dos já altos índices existentes atualmente, ocorrerá o impulsionamento e a aceleração da destruição da natureza, levando a humanidade a um caminho progressivamente perigoso. É imprescindível para a sociedade contemporânea encarar que a crise estrutural do capital atingiu o seu ápice. O “status quo” que rege toda a vida humana no mundo globalizado está ameaçado, tornando sua ruptura uma questão de tempo, em que o ponto central não é mais se ele irá romper, mas sim como. Sua ruptura se desencadeará por entre meios militares destrutivos ou possuiremos válvulas sociais de escape para atenuar as gradativas tensões sociais que se ampliam cada vez mais no espaço global? Se seremos capazes de construir movimentos estratégicos para garantir os instrumentos necessários para possibilitar a transição para uma sociedade socialista – na qual se possa certificar a sobrevivência da humanidade –, isso está nas mãos da sociedade, tanto as possibilidades de fracasso quanto as de sucesso (MÉSZÁROS, 2011, p. 48).

Não faz tanto tempo que a extensão do domínio do capital era vastamente aceita e encarada como algo intrínseco à existência humana, sendo defendida a punhos de ferro pela hegemonia burguesa. Mézáros (2011) salienta que estamos caminhando progressivamente ao colapso de uma série de válvulas de segurança que alicerçavam a sociedade de mercado de forma vital. A crise do capital já atingiu níveis permanentes, não sobrando alternativas para uma saída a não ser uma mudança radical na sociedade que o homem conhece. É a crise de todo um modo de vida. Toda a infraestrutura tecnológica da sociedade moderna e seus conflitos são de cunho internacional, portanto requerem respostas internacionais. À face do exposto, a existência biológica humana encontra-se em grave perigo, carecendo da unificação de toda a humanidade no enfrentamento da gravidade que se encontra à frente, mas tal unificação não poderá ser conquistada sem uma substância integradora de organização social (DEUTSCHER *apud* MÉSZÁROS, 2011).

O desemprego em massa que acomete o mundo atualmente por conta da crise é ainda mais sério, em que a categoria Exército Industrial de Reserva já não dá mais conta de representar a massa sobrando da atualidade, afetando todas as categorias de trabalhadores, nas quais não se vê uma mudança no horizonte que não seja uma alternativa socialista radical.

As velhas formas de luta já não cabem como resposta para cenário que se tem hoje. A tática defensiva dos movimentos dos trabalhadores que foram importantes no século XX não são mais capazes de dar resultados à altura do problema. “A divisão e a articulação entre ‘braço industrial’ (sindicatos) e o ‘braço político’ (os vários partidos) do movimento da classe trabalhadora fracassaram em alcançar o *objetivo estratégico geral* do movimento socialista [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 149, grifos do autor). A possibilidade de mudança social concreta se esvaiu ao determinar como foco central melhorias salariais, o que tornou o movimento limitado, abdicando do carência de controle sobre a reprodução material. Sob outro enfoque, os partidos dos trabalhadores contentaram a movimentação política a propósitos reformistas de integração, inevitavelmente aproximando os objetivos com a reprodução do capital.

O capital e o despotismo presente em sua reprodução, unido às exigências para sua prevalência, acabaram por conceber a democracia parlamentar. As perdas para a liberdade dos movimentos sindicais foram tamanhas que qualquer atividade política de cunho um pouco mais radical é esmagada pela força do Estado capitalista. No livro *A crise estrutural do capital*, Mézáros (2011) acentua que essa democracia liberal acabou por debilitar o movimento dos trabalhadores muito mais do que um esmorecimento de um século, limitando-os a melhorias extremamente diminutas que são absorvidas aos padrões estruturais da ordem vigente e até mesmo efetuada em nome da política real.

### **3.3 A questão ambiental frente ao perigo de sua existência**

Como já fora apontado, não muito tempo atrás, defensores da hegemonia capitalista defendiam com veemência a adesão internacional do modo de produção e consumo em massa, o ápice da suprema modernização. Não era do interesse geral observar as evidências alarmantes que exibiam perigo aos recursos naturais em detrimento da exploração desenfreada. Entretanto, a presunção estadunidense sofreu abalos nos últimos anos. Seu poder militar, derrotado em Cuba e no Vietnã, somado a outras derrotas em algumas distintas localidades do hemisfério americano e ao

grande desenvolvimento internacional da China, estremeceu sua soberania, “O Deus que falhou’, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce de interesse ecológico universal” (MÉSZAROS, 2011, p. 51). A relevância ecológica passaria a compor a pasta. Diante de tal fato, após a Guerra Fria, Margaret Thatcher discursou sobre a importância da preservação da natureza e que o Ocidente passaria a responsabilizar-se ao cuidado da manutenção do planeta.

Despejar a resolução dos problemas ambientais a longo prazo em torno da ciência e da tecnologia, como as grandes nações fazem, também não parece ser a solução, uma vez que ambas agem em detrimento do capital. Neste sentido, o ponto central desta questão não se limita a se devemos usar a ciência e a tecnologia com a finalidade de solucionar esses problemas, sendo óbvio que devemos. Contudo, a atenção se volta para se seremos aptos a redirecioná-las radicalmente, considerando que ambas estão precisamente determinadas e reduzidas à necessidade de continuidade do processo de maximização de lucros (MÉSZÁROS, 2011).

A questão da ecologia é de total pertinência e merece destaque. A crescente inovação tecnológica em massa ao qual o sistema nos submete vem acompanhada de elevados riscos a nossa sobrevivência no planeta, esgotando futuramente os recursos naturais. No entanto, a falácia ao qual se encontra o capitalismo verde envolve toda a vida cotidiana. A culpa individual pelo esgotamento dos recursos naturais desresponsabiliza os verdadeiros culpados. O processo negacionista que envolve a sociedade merece ser observado, e as grandes potências conhecem os riscos para a natureza do avanço tecnológico desenfreado.

Em determinados momentos da história, o mundo globalizado se volta para pensar e estipular metas em decorrência da questão do clima. Definem ministérios responsáveis e criam campanhas de conscientização para a população. Entretanto, tais metas nunca chegam a sequer se aproximarem de uma resolução, expondo a face integral da grande crise estrutural do capitalismo, em que apenas medidas radicalmente estruturais podem salvar a humanidade. Em conformidade com Mézáros (2011), não é surpresa alguma que o capitalismo trate a questão ecológica dessa forma – apesar disso, a manipulação de um tema tão caro para a questão da sobrevivência humana, em favorecimento do moderno Estado industrial, não expressa que devemos deixá-lo de lado. Muito pelo contrário, o problema do desgaste ambiental

é concreto o suficiente para o encarmos com seriedade e urgência, independentemente da forma manipulada como é abordado atualmente.

O ciclo histórico do capital está se estreitando. O caminho para o fim do ciclo é irreversível, uma vez que o capital – por sua forma sociometabólica de funcionamento – é incapaz de reparar os perigos à frente, lucrando até mesmo em suas dissimuladas tentativas de “correção”, como é o exemplo dos impostos sobre as taxas de carbono usadas como solução ao aquecimento global (MÉSZÁROS, 2021). Dentre as múltiplas ameaças ao qual o sistema capitalista submete a humanidade, a questão ambiental é utilizada como “cortina de fumaça” em favor da extensão de seu controle, sujeitando as pessoas a modificações em seu padrão de vida ou aceitando a condição de desemprego social em nome do investimento dos recursos financeiros à causa ambiental, “[p]ara não mencionar [...] o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da ‘sobrevivência da espécie humana’ a sobrevivência de um sistema socioeconômico [...] com deficiências da crescente competição internacional” (MÉSZÁROS, 2011, p. 52).

O impacto das forças exploradoras do capital e sua inconciliabilidade ecológica chegou a tanto nos últimos cem anos que uma mudança na era geológica do planeta encontra-se em andamento. O chamado antropoceno condiz aos danos irreversíveis acometidos ao globo terrestre pela interferência humana por meio do sistema do capital, como os inabaláveis montes de plástico nos oceanos e os resíduos nucleares, que comprometem vastos espaços a incontáveis anos de isolamento. O grande catálogo de desastres ambientais não para por aí – sem deixar de citar os grandes níveis de poluição química e as alterações na temperatura do planeta causadas pelo aquecimento global, as tragédias ecológicas vão desde a erosão do solo, como a grave dizimação da flora e fauna, até a acidez dos oceanos, e sem contar a liquidação de rios, lagos e nascentes até ao maltrato com o lixo radioativo. Da mesma forma que o declínio do capital tem afetado outras esferas vitais da subsistência humana, está diretamente ligado às previsões da extinção da vida na Terra.

### **3.4 Um caminho a se seguir...**

Em muitas parcelas dos segmentos do sociometabolismo do capital, os problemas têm-se aglomerado e concebido contradições paulatinamente mais explosivas e intensas. Nos aspectos clássicos da divisão operacional do trabalho – em seu sentido profundo de “enraizamento hierárquico-estrutural” (MÉSZÁROS,

2002, p. 990) – já se observa de forma clara o seu desmembramento, através do efeito gerado pelo “impacto da concentração do capital e da socialização do trabalho sempre crescentes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 990). Alguns dos evidentes exemplos dessa eminente alteração podem ser observados no que diz respeito ao agravamento da fragilidade da sistematização industrial atual, no que tange a forma de organização fabril atuante do século XIX, com suas greves selvagens que, contando com poucos trabalhadores, eram capazes de impedir um setor industrial inteiro de seu funcionamento, no qual tais greves são inimagináveis sem os processos econômicos e tecnológicos implícitos (MÉSZÁROS, 2011).

Em face do perigo que corremos, buscar alternativas radicais e verdadeiramente estruturais exige uma consciência crítica de toda a esfera social. É preciso deixar de lado a simulada sensação de normalidade e agir antes que tudo desmorone a nossa volta. A sociedade está diante de um momento histórico que pode representar uma abertura diante da ordem societária capitalista consolidada, dado que já não possui a mesma competência de gerar bens que antes tão seguramente no passado serviu de argumento para sua perpetuação inquestionável.

As alternativas radicais de enfrentamento não têm possibilidade de êxito isoladamente, como as experiências de socialismo em um único país – a possibilidade ocorrerá por parte de ações oriundas de diversos caminhos. Obviamente, a solução esperada não surgirá de uma vez. Ocorrerão muitos começos, mas não serão separados, e, até que a crise estrutural seja encarada como real, com a mudança das relações de força a caminho do futuro socialismo, ele só acontecerá positivamente se as nações capitalistas mais desenvolvidas estiverem de acordo com a transformação social (MÉSZÁROS, 2002).

No contexto do final do século XX, Mézáros supôs que uma alternativa de transição para formas de organização social emancipadas não poderia nascer do centro do capitalismo, mas das periferias. O que se almeja é que até que ambos os acontecimentos citados aconteçam, as potências políticas estejam significativamente fortes para encarar os desafios que se colocam à frente.

#### 4. MOVIMENTOS SOCIAIS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Pode-se afirmar que, em razão dos extensos impactos que a crise atual tem desencadeado nas estruturas da sociedade, novos arranjos têm acometido a hegemonia burguesa vigente. Nas periferias do capitalismo, especificamente a América Latina – que, historicamente, tem sido alvo de interferências em seu cenário, após anos de árduas tentativas de se consolidar economicamente e socialmente como países desenvolvimentistas e nações modernas –, viram seus esforços novamente serem suspensos. A existência de duradouras fatalidades sempre se fez presente na rígida realidade das periferias, onde constatou Menegat (2012, p. 1), “uma pneumonia no centro frequentemente se transforma em paralisia respiratória na periferia”.

A profunda e vasta revolução tecnológica presente na nova forma de reprodução do capital modificou o panorama dos processos de produção que anteriormente era comandado pelo fordismo. O trabalho vivo transformou-se em um vago vestígio de outrora diante da permanente massa de trabalho morto que passou a configurar o engenho técnico que as revoluções tecnológicas necessitavam, modificando até mesmo a criação de novos valores, posto que o maquinário tecnicizado somente transfere valor.

Em consequência à conjuntura – que teve suas bases iniciadas no término da Segunda Guerra Mundial, no que hoje é nomeado de terceira revolução tecnocientífica –, uma grande escala de trabalhadores perdeu seus locais de trabalho, tornando-se massa sobrando permanente, e os altos índices de desemprego passaram a ser estruturais e imutáveis, não mais oriundos das baixas conjunturais presentes nos ciclos econômicos. Perante ao exposto e retomando a década de 1980, tal inovação tecnológica tornou-se generalizada em inúmeros setores oligopolizados dos países de centro, sujeitando-os a compelir ao término das proteções alfandegárias de economias retardatárias e gerando o suporte necessário para a globalização, no qual países de periferia, como o Brasil, foram atingidos com as alterações da dinâmica social, que acabou por afetar seus processos de modernização (MENEGAT, 2012). Os ajustes conservadores neoliberais, na tentativa de se alcançar soluções viáveis, acabaram por flexibilizar a legislação trabalhista, somando a reformulação produtiva a políticas de abertura de economias, com a destruição do patrimônio de estatais (MENEGAT, 2012).

Com uma industrialização que atinge a periferia com atraso e sem a reforma agrária, o maquinário e as técnicas avançadas passaram a eliminar muito do trabalho humano, em que, conseqüentemente, a concepção de uma massa trabalhadora necessitada de trabalho se forma e acaba por se submeter a elevados índices de exploração inalterável. É em face desse acontecimento que, em 1964, o golpe civil-militar veio como resposta do capital frente às crescentes tensões sociais acometidas, nas quais as pessoas do campo e dos centros urbanos não suportavam mais o martírio a que eram submetidas.

De acordo com Menegat (2012), com a economia e a indústria em veloz crescimento, até metade da década de 1970, relacionado ao investimento em grandes construções de infraestrutura, foi possível diminuir o impacto da população excedente diante da estrutura social e seus contratempos para alcançar meios elementares de existir. Contudo, em decorrência da crise que se habituava ao território brasileiro no começo da década de 1980, os impactos que antes puderam ser “contidos” a curto prazo perdem sua momentânea estabilidade. Com a chegada do fim da ditadura e o fiasco acometido à crescente aceleração da industrialização e urbanização, as massas que já se encontravam excedentes passaram a atingir números ainda maiores, podendo aproveitar o contexto político, que, neste momento, se via mais propício para “se expressar com a garantia dos direitos civis e políticos básicos de uma democracia” (MENEGAT, 2012, p. 5).

Um fator que deve ser considerado com destaque é que as normativas que formam o campo dos direitos sociais em uma sociedade democrática estruturalmente necessitam estar fundamentadas nos aspectos do valor, um suporte que assegure sua efetiva prática. Os países de centro capitalista no decorrer da história puderam assegurar, em momentos expansivos, que sua classe trabalhadora obtivesse algumas possibilidades de fazer força contra as forças do Estado, por meio das lutas sindicais, das greves ou de organizações políticas, em que se fez possível, em dado momento, eleger legalmente partidos políticos que correspondessem às suas expectativas. Tais façanhas tornaram possível que, em determinado tempo, a classe trabalhadora pudesse resistir ao determinar restrições à exploração do capital em um contexto em que se fazia essencial a criação de postos de trabalho para efetiva expansão.

O neoliberalismo veio, então, no panorama referido, como protetor dos interesses do capital contra as conquistas que vinham sendo asseguradas, atingindo, nesse momento, até mesmo os centros, alastrando-se aceleradamente nas periferias.

No Brasil, o cenário era vivido em um Estado Democrático de Direito debilitado, que se concentrava em programas de redistribuição de riquezas em um momento global de grave crise. Na ausência de uma escalada de lucros e sem um crescimento longo, a tensão distributiva é impraticável no capitalismo – como a conjuntura ocorreu em um período de crise desenvolvimentista, “da luta de direito contra direito” com o fim da ditadura militar, ela deixou à mercê toda a população de seres humanos excedentes, que sempre se encontrou em níveis acima do normal (MENEGAT, 2012).

Diante da instabilidade que a indústria nacional se encontrava ao não ser capaz de competir com outras nações que se apropriavam de métodos avançados da revolução tecnocientífica, somado ao movimento de êxodo rural, que seguiu incitando a modernização do campo sem inserir, no mercado de trabalho, os trabalhadores dos centros urbanos e os trabalhadores rurais, que se viam expostos nas cidades. A massa de excedentes, que já se agigantava, se expandiu drasticamente.

#### **4.1 Das Ligas Camponesas ao MST**

No texto “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”, o autor Antônio Torres Montenegro, em novembro de 1987, no bairro de Casa Amarela, em Recife, entrevista João Lopes da Silva, popularmente conhecido como Bubu, a fim de resgatar sua história de vida como trabalhador rural para o Departamento de Memória da Federação das Associações de Moradores, Centros Comunitários e Conselhos de Moradores Casa Amarela, conhecido como FEACA, em busca de, através de suas memórias e narrativas por via oral, reconstruir relatos sobre as relações que envolviam trabalhadores rurais e patrões no Nordeste nos anos seguintes a partir de 1940.

Assim como Bubu, seus pais também foram trabalhadores rurais em um engenho de plantação de cana, conhecido como engenho de Mamulenga, onde, na época a qual se recorda, podiam cultivar uma pequena lavoura de subsistência e, em alguns momentos, obtinha-se a permissão de vender na feira aos fins de semana os alimentos que excediam. Contudo, diante da proibição do direito de sítio aos trabalhadores, a relação paternalista entre patrões e lavradores muda de forma. Bubu narra um momento que representou sua total ruptura com o senhor de engenho ao pedir um dinheiro emprestado para comprar remédio para sua mulher, que se encontrava doente. O patrão se recusou a emprestar, marcando esse momento como a quebra efetiva da relação que era mantida entre ambos e, historicamente, como as

relações de dominação entre trabalhadores rurais e patrões passavam por transformações nos meados do século XX no Nordeste. Diante da impossibilidade de se ter uma plantação de subsistência e com os senhores “amparando” cada vez menos as necessidades dos trabalhadores, o pacto patriarcal que antes era mantido começa a se rachar.

Em Galileia, engenho de cana de açúcar desativado, estabelecido em Vitória de Santo Antão, a 50 quilômetros de Recife, os trabalhadores rurais também passavam por um acirramento na relação com seu patrão. Nos anos a partir de 1950, 140 famílias viviam na propriedade, sobrevivendo por meio do cultivo de subsistência, no qual a utilização da terra era feita a partir do pagamento do foro, um tipo de aluguel, que, ao longo dos anos, aumentou tanto a ponto de ultrapassar a possibilidade de ser pago pelos agricultores. Frente à tamanha dificuldade vivida por esses trabalhadores, e diante a possibilidade de expulsão, foi necessário recorrer à ajuda da prefeitura para que até mesmo seus mortos pudessem ser enterrados. É diante de tamanho infortúnio que se forma a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, a SAPPP, que, de acordo com o estatuto, tinha propósitos assistenciais, sendo a melhor forma de ajuda mútua que os trabalhadores rurais de Galileia encontraram para enterrar os seus entes com um pouco mais de dignidade.

De acordo com Montenegro (2019), a inquietação com a morte, e, principalmente, a maneira de ser enterrado, é uma preocupação muito recorrente na população rural. De forma semelhante foi a situação em que o padre Jaime Le Boyer se deparou no sertão baiano ao descrever, em suas memórias, a espantosa experiência que teve ao narrar sobre as pessoas que caminhavam pelo sertão, onde uma senhora sertaneja que havia se acomodado na casa paroquial lhe confidenciou que andava com dinheiro escondido em seu cordão de São Francisco para o seu enterro, diante do medo de morrer como uma indigente (MONTENEGRO, 2019).

A tática de se organizarem coletivamente em Galileia a fim de encarar os problemas que os cercavam também se deve ao fato da permanência de ex-militantes comunistas, como, por exemplo, o “Zé dos Prazeres, que, no período de 1946-1947, foi um dos dirigentes da 'Liga Camponesa da Boa Ideia', que reunia plantadores de verdura do bairro de Iputinga, em Recife” (MONTENEGRO, 2019, p. 6). Dos Prazeres regressou à Galileia mais adiante e participou como figura de importância ao assumir umas das lideranças do SAPPP. Outra figura de relevância que o autor aponta para uma inspiração comunista é Paulo Travassos, militante do partido PCB, que sai de

Espírito Santo rumo a Pernambuco, desempenhando um papel político no local, onde, futuramente, seria sucedido por Zezé da Galileia.

Montenegro (2019) destaca que a ausência de um sindicato rural que atuasse em favor dos trabalhadores salienta o grau de poder político das oligarquias rurais, os quais os proprietários de engenho, por meio de sua Confederação Rural Brasileira, faziam pressão ao Ministério do Trabalho, buscando suprimir qualquer perspectiva de estender direitos trabalhistas aos trabalhadores do meio rural, direitos que já ocorriam nos centros urbanos.

A sindicalização rural, embora prevista pela Consolidação das Leis Trabalhistas, compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, é barrada pela pressão do bloco agrário. (LESSA, 1985, p. 52 *apud* MONTENEGRO, 2019, p. 7).

Os trabalhadores de Galileia, ao constituírem uma sociedade beneficente, visavam institucionalizar o exercício de colaboração para que pudessem confrontar, de forma menos dificultosa, seus problemas. Dessa forma, convidaram o dono do engenho, Oscar Beltrão, para assumir a ocupação de presidente honorário do SAPPP de Galileia, buscando uma alternativa de conciliação dos trabalhadores. O convite objetivava uma tática de luta em busca de visibilidade e de exhibir que os moradores estavam à procura de formas de solução para seus sérios problemas sem causar danos ao proprietário.

A presença do senhor de engenho, como presidente honorário da SAPPP, revela ainda a marca de um tempo em que os trabalhadores acreditavam que ao tomarem qualquer deliberação de caráter público, ou mesmo privado, necessitavam da aquiescência dos proprietários. Mas por outro lado, há de se reconhecer um movimento de resistência desses trabalhadores em que a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo' e no mesmo espaço por ele controlado. (MONTENEGRO, 2019, p. 7).

Com essa ação, os trabalhadores rurais de Galileia procuraram formas de tentar resistir frente à miséria que rodeava suas existências e que os lançavam para mortes indigentes sem ao menos terem a segurança de que, no final das contas, seus planos táticos com Oscar Beltrão no cargo de presidente dariam certo. Tal ação coletiva causou estranhamento ao senhor do engenho, que renunciou ao cargo, impondo o extermínio do SAPPP e passando a expulsar os agricultores da propriedade para a criação de gado. Diante do irromper de novos problemas, a SAPPP passou a buscar advogados e parlamentares que pudessem defendê-los, contudo, de primeiro momento, não alcançaram sucesso.

O que viria futuramente a ser chamada de Ligas Camponesas se inicia por meio dessa organização coletiva dos agricultores moradores do Engenho Galileia em busca de formas elementares de sobreviver.

Perante as inúmeras tentativas malsucedidas de encontrar alguém que os defendesse, os agricultores de Galileia conseguem o endereço de Francisco Julião, advogado e deputado estadual eleito pelo partido PSB no ano de 1954.

Ao localizar a rua, o grupo formado por Zezé da Galileia, Manuel Severino, Amaro do Capim e José dos Prazeres não tem dificuldade em encontrar a casa do deputado Julião. Um casarão, em estilo colonial, cercado de fruteiras. São recebidos por Julião, a quem narram a situação em que se encontram, ameaçados de expulsão das terras e pressionados para encerrar as atividades da SAPP. Após essa conversa inicial, Julião teria dito: “Eu os defenderei. Sou um deputado. O Estado me paga. Vocês não terão de me pagar coisa alguma” (Page, 1972, p. 54). É então marcado, para os primeiros dias de janeiro de 1955, um novo encontro, dessa vez em Galileia, quando o deputado conhecerá todo o grupo. (MONTENEGRO, 2019, p. 10).

Ao concordar em defender os trabalhadores da SAPP, o deputado Julião efetua as medidas legais para inscrever a sociedade no cartório e, no começo do ano 1955, encaminha-se à Galileia. Ao empregar o nome “camponês” ao mencionar os trabalhadores da comunidade rural que defendia, foi apontado por uma colega deputada que esse nome expressava uma certa problemática, e lhe foi sugerido o termo “rurícola”, pois “o novo termo empregado por Julião para referir-se aos trabalhadores rurais emite signos de resistência e luta que ameaçam as relações de exploração dominantes no meio rural” (MONTENEGRO, 2019, p. 10).

Em face do acontecimento de dois congressos em 1955, a questão agrária nordestina ganha avantajada notabilidade. O primeiro congresso a ser realizado foi o Congresso de Salvação do Nordeste, disposição da Liga de Emancipação Nacional que congregou 1.600 delegados, incluindo profissionais liberais, parlamentares e líderes sindicais. Diante das pautas debatidas nesse congresso, obtém-se a substância necessária para a elaboração da Carta de Salvação do Nordeste. Nas variadas comissões de trabalho que integravam o Congresso de Salvação do Nordeste, a que mais foi notória foi a que pautava a questão da terra, com a presença de mais de 200 delegados e liderada pelo padre Leopoldo Brentano da Ação Católica Operária, e sobressaiu-se a reforma agrária como solução para os problemas do campo. Após a conquista que significou esse primeiro congresso, a SAPP consuma o então 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, no qual compareceram cerca de três mil trabalhadores rurais, que, devido ao grande alcance da imprensa, gerou

maior visibilidade aos problemas que perpassavam as relações presentes no campo. Com a enorme visibilidade, não tardou para a SAPPP ser associada ao comunismo, passando a ser chamada, pela imprensa, de Ligas Camponesas.

O termo “Ligas Camponesas”, adotado pela imprensa na tentativa de manipular a opinião pública contra o movimento, originando um obstáculo para a SAPPP ao lhes associar ao PCB, “é estrategicamente reapropriada pelos trabalhadores, que passam a registrar por este nome as novas Sociedades Agrícolas” (MONTENEGRO, 2019, p. 12-13). A movimentação dos trabalhadores rurais, que era, até o referido momento, limitada à Vitória de Santo Antão, onde ficava localizado o Engenho Galileia, passa a consolidar contatos em outros municípios, assim como em Recife, aumentando a conexão das ligas com o movimento urbano organizado, assim como com parlamentares e intelectuais, estruturando “dessa forma um suporte jurídico e político parlamentar que contribuirá para romper o isolamento dos conflitos no meio rural” (AZEVEDO, 1982, p. 64 *apud* MONTENEGRO, 2019, p. 11).

A relutância da deputada à adesão do termo “camponês” e o seu poder no despertar de uma radicalidade às pessoas do campo se mostra concreta, pois, em seguida ao Congresso, “o Recife presenciaria uma passeata campesina, que desfilaria pelas ruas centrais da cidade” (AZEVEDO, 1982, p. 64 *apud* MONTENEGRO, 2019, p. 12). Pois, como já dizia Paulo Freire (2021, p. 107), “Não há palavra verdadeira que não seja práxis”, sendo através das palavras que o homem recita o mundo e é através da ação-reflexão que a humanidade revoluciona sua realidade.

Uma nova reestruturação na organização do movimento campesino se configura, concebendo, em Recife, a sede regional das Ligas Camponesas responsável por gerenciar as ações no interior do estado. Cada município recebeu sua própria sede, que passou a ser intitulada por “delegacia”. A reapropriação no nome delegacia pelos trabalhadores rurais foi de máxima importância, pois encorajou os trabalhadores a fortificar sua luta contra seus patrões. O termo delegacia, adotado pelas Ligas, ressignifica, então, o que os trabalhadores só conheciam como local de força repressiva, tornando suas delegacias organizações de defesa de seus direitos, obrigando o patrão a negociar com os trabalhadores. Outra prática social emerge com a adoção do nome delegacia, na qual o deputado Julião passou a contar com uma equipe de advogados a fim de os apoiar em todos os litígios que demandassem dos trabalhadores que necessitavam das Ligas (PAGE, 1972, p. 63-64 *apud* MONTENEGRO, 2019).

Do momento em que sucedeu o nascimento das Ligas Camponesas até a ditadura de 1964, o Nordeste brasileiro e as lutas do campo tornaram-se constantemente alvo de inúmeras reportagens, tanto em território nacional como internacional. A começar pela imprensa nacional, em 1959, o repórter Antônio Callado escreveu uma vasta gama de artigos a respeito da luta que se travava na região nordestina para o jornal Diário da Manhã, no Rio de Janeiro. Callado veio para o Nordeste em busca de visitar os estados de Pernambuco, Ceará e da Paraíba a pedido do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste, o CODENO, pois, naquele cenário histórico, tramitava pela Câmara Federal a Lei de Irrigação. O jornalista revelava ao país as formas em que os grandes latifundiários se aproveitavam da “indústria da seca” para guinar seus negócios e como os açudes, financiados com verbas públicas para auxiliar a população camponesa, estavam sendo usados em prol de alguns latifundiários. De acordo com Montenegro (2019), essa série de artigos publicados por Callado origina uma movimentação dentro do governo de Kubitschek, visando obter um consenso em favor de propostas que pudessem apresentar soluções em resposta da grave seca que dominou o Nordeste em 1958.

Desse modo, a imensa repercussão que as matérias de Callado têm no país passou a expor a desafiadora realidade a qual o Nordeste se encontrava, revelando a magnitude que as relações de poder e exploração resultantes de uma séria situação política, econômica e social de concentração fundiária submetia a extremos a população rural.

Em 1950, o movimento dos trabalhadores de Galileia torna-se uma referência de luta e resistência para a sociedade, mas também uma marca do avanço comunista para a parcela conservadora, sendo o nascimento do SAPPP em 1954 e sua regulamentação em 1955 uma ameaça à ordem e à sagrada propriedade privada, e, mesmo com a criminalização das Ligas por parte da imprensa, as delegacias e a adesão dos trabalhadores só se fizeram crescer.

Com o crescimento das Ligas, a repressão policial ao movimento passou a ganhar novas conotações, quando, no final do ano de 1956, Julião, ao retornar a Galileia, é preso por um policial militar, cortando a linha telefônica entre Vitória do Santo Antão e Recife, impedindo que a notícia da detenção do deputado fosse avisada ao Conselho Regional das Ligas. Sua prisão, que tramitava no campo da ilegalidade por ocupar o cargo de deputado estadual, não impediu que fosse entregue ao Coronel do Exército. Julião logo foi solto, mas, em resposta à arbitrariedade de sua detenção,

passou a receber apoio de seus companheiros de tribuna. Ao voltar à Galileia acompanhado de mais dois colegas deputados, se veem surpreendidos por pistoleiros a mando do proprietário, e, apesar da situação ter sido resolvida momentaneamente, o clima de crescente tensão e violência passa a dominar a região. Os conflitos passaram a ocorrer além dos limites da vida cotidiana dos sujeitos envolvidos com o movimento, passando para o campo político das eleições, quando uma frente a oposição é criada, a Frente de Recife. É nesse cenário que “A 'Industria da seca', a criação da Sudene e a luta das Ligas Camponesas de Galileia transformam-se em temas centrais do debate nacional” (CALLADO, 1969, p. 65 *apud* MONTENEGRO, 2019, p. 15).

Ao regressar a Pernambuco, o jornalista Callado presencia uma nova violência desferida aos moradores de Galileia. Os camponeses, que tinham apoiado a eleição do prefeito José Ferrer, haviam planejado uma manifestação para lhe prestar solidariedade, contudo se viram impossibilitados de comparecer pelo cano do fuzil. Dias posteriores a esse acontecimento, o juiz do município de Vitória de Santo Antão declara a ordem de desocupação do Engenho Galileia a todos os moradores incapazes de pagar suas dívidas do foro. Esse processo, que aguardava a sua decisão há quatro anos, ganhou um desfecho imediato após a mobilização dos moradores, demonstrando a forte relação de força dos latifundiários.

Em resposta a essa ordem de expulsão, Antônio Callado, então, redige um relato, no qual expõe que a alternativa mais viável a solucionar esse problema e os futuros conflitos com consequências inimagináveis seria a aprovação do projeto de desapropriação do Engenho Galileia. Diante da publicação dessa matéria, a situação se comprime ainda mais quando Antônio Callado e Francisco Julião são enquadrados na Lei de Segurança Nacional por “incentivarem” os moradores do engenho a não cumprirem ordem judicial. “A imprensa, ao divulgar amplamente o fato, provoca indignação em parcela significativa da Câmara Federal, e mais de cem parlamentares federais assinam uma moção de apoio a Callado” (CALLADO, 1969, p. 156 *apud* MONTENEGRO, 2019, p. 16).

Com Cid Sampaio eleito governador, as Ligas Camponesas passaram a crer que o projeto de desapropriação passaria.

Editoriais e artigos na imprensa, em sua maioria, criticam a possível desapropriação como uma ameaça sem precedentes à propriedade privada e à ordem social. O desfecho é imprevisível. E Julião, em declaração ao jornal Diário de Pernambuco, em 30 de outubro de 1959, prognostica: “As Ligas

concentrarão todos os seus efetivos para o primeiro banho de sangue do governo do Sr. Cid Sampaio, caso se consuma nova injustiça contra os moradores de Galileia”. (AZEVEDO, 1982, p. 69 *apud* MONTENEGRO, 2019, p. 16).

Com a aprovação do processo de desapropriação de terras aprovado pelo governo, o clima de censura e desacordo com o governo de Cid Sampaio, por ter sucumbido à pressão das Ligas, eleva-se, tornando-se manchete em todo território nacional.

Mesmo diante do contexto de extrema disputa que pairava o estado de Pernambuco, o governo federal consegue aprovar a concepção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, que buscava industrializar e modernizar o Nordeste, fomentando a mudança nas arcaicas relações políticas que pairavam a região. Montenegro (2019, p. 17) observou que ocorreu “por parte do governo de Juscelino Kubitschek, da imprensa, da opinião pública, da Igreja Católica, das associações rurais e de sindicatos urbanos, um movimento em direção à mudança do status quo do Nordeste”.

Para parte da sociedade que apoiava as denúncias de Callado, a criação da Sudene era bem-vista, pois acreditavam que o Nordeste precisava passar por um processo de modernização, principalmente na perspectiva de se combater a corrupção que era tão presente nas relações oligárquicas na região, que se apropriavam das verbas públicas para fins privativos. Transformar o trabalhador rural em um cidadão, com direitos e sindicalizado era o objetivo que passou a compor a pasta. Para os setores mais conservadores, os senhores de engenho, “herdeiros de uma tradição de opressão e domínio sobre os trabalhadores/moradores de suas terras” (MONTENEGRO, 2019, p. 17-18), todas essas mudanças não passavam de um projeto comunista em andamento.

Conforme Montenegro (2019) apontou, foi diante a esse contexto de crescente confronto cultural, social, econômico e político que Tad Szulc, jornalista do The New York Times, se encaminhou para o Nordeste, e, embora não se saiba, de forma concreta, qual foi o envolvimento do Departamento de Estado dos EUA com a vinda do jornalista em território nordestino, é provável que os objetivos fossem muito maiores do que apenas documentar fatos para a opinião pública sobre as lutas sociais que aconteciam nessa específica região do Brasil.

Ocorrem diversas mobilizações dos trabalhadores do campo e ocupação em terras privadas que eram classificadas como improdutivas, e, mesmo com a tensão

que acometia o país, esta forma de luta não era vista como uma ameaça ao governo nacional ou mesmo algo que corrompesse a paz no continente Sul-Americano, porém, ao relatar as notícias do Nordeste Brasileiro, o jornalista do The New York Times o classificou como incendiário. “O título da sua reportagem, publicada na primeira página do The New York Times de 31 de outubro de 1960, sentenciava: 'Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta'” (MONTENEGRO, 2019, p. 19). Certamente o conteúdo alarmado que continha em suas páginas não deixou espaço para alguma dúvida – para o cidadão estadunidense, uma revolução comunista estava em andamento no Brasil. Dois motivos no cenário histórico aconteciam para que a narrativa de um Nordeste incendiário rumo à revolução comunista armada se perpetuasse no imaginário dos leitores dos Estados Unidos: a Guerra Fria e a Revolução Cubana. Depois da Segunda Guerra Mundial, mais exatamente em 1947, o mundo se viu dividido em dois blocos, o comunista e o capitalista, e uma alternativa autônoma que fugisse a esses dois únicos caminhos não era possível frente àquele contexto, como acreditava Juscelino Kubitschek, com o seu projeto de um Brasil moderno que assumisse a liderança latino-americana, sendo divergente aos blocos em disputa (ROGERS, 1967, p. 19 *apud* MONTENEGRO, 2019).

O governo dos Estados Unidos era acometido pelo terror do comunismo avançar na América Latina, principalmente depois da vitória de Fidel Castro e Che Guevara. O jornalista Szulc ainda salientava a preocupação que os intelectuais, políticos e grande parte da sociedade brasileira enfrentava caso nenhuma atitude que pudesse frear o avanço comunista no Brasil acontecesse.

A preocupação que o bloco soviético pudesse interferir diretamente na América Latina não era exclusivamente estadunidense, pois o Vaticano também compartilhava de tais ideias.

A Igreja Católica, mais propriamente, o Vaticano, através do seu Papa Pio XII, publica na década de 1950 a encíclica *Fidei et Donum*, que tem como um dos seus objetivos o trabalho missionário de evangelização e combate ao comunismo, ao espiritismo e ao protestantismo, em terras africanas inicialmente e, posteriormente, também na América Latina. (MONTENEGRO, 2019, p. 21).

O que se encontra da Igreja Católica, em referência à necessidade de se enfrentar os problemas sociais do campo, deve-se ao fato da preocupação de se perder fiéis no meio rural. De acordo com Alves (1968, p. 68 *apud* MONTENEGRO, 2019), Papa Pio XI disse que o grande problema enfrentado pela Igreja no século XIX

foi a perda do operariado – por receio que algo semelhante viesse a acontecer com a população rural, a Igreja se voltou ao campo. Os movimentos que se sucederam no campo passaram a questionar o papel da Igreja em apoio às oligarquias. As Ligas Camponesas “ao produzirem um discurso de crítica a atuação dos padres e pastores, afirmam-se como defensoras de um outro cristianismo, distinto daquele que apoia os grandes proprietários e é aliado do poder político” (MONTENEGRO, 2019, p. 22).

Fazendo frente a esse questionamento, Francisco Julião produz uma cartilha na qual associa a árdua vida de Cristo com a luta dos trabalhadores rurais. Divulgada pelas Ligas, a cartilha orientava como o trabalhador rural deveria votar em 1960.

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o ‘cambão’ e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse ‘cambão’, se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer...” Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: “É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus”. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus (CARTILHA DO CAMPONÊS, 1960, p. 55-56 *apud* MONTENEGRO, 2019, p. 22).

Sugerindo um novo modelo de cristianismo, voltado para a luta, as Ligas arquitetavam formas de se questionar as falas de padres e pastores que eram voltadas à defesa das forças de exploração, apresentando formas radicais de se romper com as relações de dominação vigentes. O poder de organização social das Ligas Camponesas cresce de forma estrondosa após a desapropriação de Galileia, tendo seu alcance no Norte e no Sul do país. As delegacias na Paraíba que mais ganharam destaque pela sua capacidade de mobilização foram as de Mari e Sapé, sendo a de Sapé a que ficaria mais conhecida futuramente pelo assassinato de seu Líder, João Pedro Teixeira, que teria sua história de luta relatada no filme de Eduardo Coutinho, *O Cabra Marcado para Morrer*.

No I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que ocorreu em Belo Horizonte em 1961, a proposta das Ligas pela “Reforma Agrária Radical” vence a defendida pelo PCB, encerrando em 1962 sua ligação com o partido. Frente a essa quebra, emergem forças distintas na rixa pelo comando do movimento dos trabalhadores rurais, sendo elas a Igreja Católica, os comunistas do PCB e as Ligas Camponesas, que traçam “um caminho alternativo de organização e mobilização dos trabalhadores rurais, em face da ausência de sindicatos rurais. Em razão de sua estrutura de funcionamento, sob a forma de associação, as ligas operam fora do controle do Estado” (MONTENEGRO, 2019, p. 24). Ou seja, uma alternativa verdadeiramente radical.

Perante a ameaça que a radicalidade das Ligas representava, os sindicatos, que antes eram vistos como um grande empecilho para os grandes proprietários, passou a ser a melhor alternativa de controle dos movimentos sociais que ali efervesciam, vislumbrada pela Igreja como uma forma de frear as Ligas e a influência exercida pelo PCB. Com a formação dos sindicatos rurais, as Ligas perderam sua força e tornaram-se esvaziadas. O controle dos sindicatos passou, então, para os comunistas ou para a Igreja.

Em 1964, com a necessidade de acalmar os ânimos no meio rural, o governo federal então funda a SUPRA, Superintendência da Reforma Agrária, e posteriormente, no mesmo ano, é aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. Com o golpe civil-militar, a grande luta radical das Ligas Camponesas é suspensa. Lideranças, intelectuais, sindicalistas, militantes e políticos de esquerda são caçados, torturados e assassinados. Francisco Julião fica exilado no México, e os grandes latifundiários ganham o apoio dos militares para apagar qualquer investida de mobilização ou modernização das relações de trabalho no campo.

É diante do contexto de crescente tensão e revolta do povo que se encontrava à mercê da fome e da miséria que, na década de 1960, mais exatamente no ano de 1962, João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa do Sapé, na Paraíba, é assassinado pelas milícias privadas do latifúndio. No filme *O Cabra Marcado para Morrer*, o cineasta e jornalista Eduardo Coutinho, juntamente à sua equipe, deslocam-se para a Paraíba a fim de contar a história de vida e morte de João Pedro, contando com a participação de sua esposa Elizabeth Teixeira e seus filhos. O documentário, que contava com a própria Elizabeth fazendo o seu papel e outros companheiros camponeses atuando em Galileia, foi interrompido brutalmente pelo golpe de 64. A

repressão militar os acusava de estarem associados a militantes cubanos que ali se encontravam com armamento pesado a fim de fazer uma revolução comunista naquela localidade. Tanto Coutinho como sua equipe e os camponeses que faziam parte da construção do projeto precisaram se esconder na mata e se dividir em grupos para chegar com vida a Recife. A história de Elizabeth Teixeira, mulher da terra, foi intimamente atravessada pela dor e pela resistência – sua filha mais velha suicidou-se depois da morte do pai e seu filho Paulo, aos onze anos, tomou um tiro na cabeça quando estava na roça, a mando dos mesmos latifundiários que assassinaram João Pedro. Mesmo diante de todas as tragédias, continuou lutando ao lado de seus companheiros frente à Liga camponesa, dando continuidade enquanto pôde ao legado de João Pedro. Contudo, com as barbáries cometidas pelos militares, e tendo sido presa duas vezes, precisou fugir, temendo por sua vida e de seus filhos. Dos onze filhos que teve com João Pedro, apenas um pôde seguir consigo rumo a São Rafael, no Rio Grande do Norte. Os outros foram divididos entre familiares. Foi por conta dessa brutal ruptura que o filme de Coutinho entrou em hiato.

Dezessete anos depois, em 1981, Coutinho retorna para Galileia a fim de reencontrar as pessoas que fizeram parte do filme para saber o que tinha acontecido com cada um após os duros anos de chumbo. É a partir da retomada do projeto dezessete anos depois que o filme muda de perspectiva – sem abandonar a narrativa de luta de João Pedro –, buscando por cada um que inicialmente fez parte do filme e o que aconteceu em suas vidas desde então. “Acontece que os fiéis, quando se reencontram depois da provação, não são os mesmos do começo. Esta mudança, que está inscrita em bruto na matéria documentária do filme, é sua densidade e seu testemunho histórico” (SCHWARZ, 1985, p. 32). O camponês Zé Daniel, que ajudou outros membros do filme quando o exército invadiu o local onde aconteciam as gravações, relatou que, dias depois do ocorrido, o exército retornou a Galileia procurando por ele, que se entregou e disse que, se fosse para ser preso e torturado, preferia morrer ali, honrado em sua terra. Seu filho, João Daniel, disse que os militares procuravam por 20 mil armas, incluindo metralhadoras, armas que eles, homens da terra, nunca tinham visto na vida.

As perseguições aos camponeses de Galileia não pararam por aí – além dos cinco membros da equipe de Eduardo Coutinho que foram presos, João Virgíneo, outro líder da Liga Camponesa, permaneceu seis anos na prisão. Com as torturas, ficou cego de um olho e surdo de um ouvido. Outros dois líderes também foram

capturados, Zezé da Galileia, solto após três meses, e Severino Gomes da Silva, o Rosário, filho adotivo de Zezé, que permaneceu em cárcere por quarenta e cinco dias. João Virgíneo conta que teve seu carro e ferramentas de trabalho, seus meios de subsistência, roubados pelo exército e que sofria na cadeia pensando em seus filhos passando fome.

Elizabeth Teixeira, após a emboscada em Galileia, sem poder retornar ao Sapé ou permanecer em Recife, se escondeu na casa de Manoel Serafim, em Jaboatão, e se passou por sua cunhada, mudando seu nome para Marta. Depois de dois meses em reclusão na casa de Serafim, entregou-se às autoridades da Paraíba e foi acusada por invasão de terras. Passados quatro meses na prisão, Elizabeth foi solta, e, poucos dias depois, dois dos fundadores da Liga do Sapé desapareceram após serem liberados da cadeia – João Alfredo Dias e Pedro Inácio Araujo nunca foram encontrados. Dias depois, dois cadáveres mutilados foram achados em uma estrada da Paraíba, assassinados pelo Esquadrão da Morte e marcados na manchete do jornal local como marginais. Elizabeth, que havia sido solta, voltou a ser perseguida pela polícia e, após o desaparecimento dos companheiros João Alfredo, o Nego Fuba e de Pedro Inácio, o Pedro Fazendeiro, decidiu fugir e adotou o nome de Marta Maria da Costa, nome que passou a ouvir pelos próximos dezessete anos que se seguiram. Sua família, seus filhos e pais não tiveram mais notícias suas e achavam que já nem estivesse mais viva. O retorno do filme de Eduardo Coutinho foi tremendamente importante, pois, além de resgatar as memórias de luta dos camponeses, foi responsável por possibilitar que Elizabeth pudesse reassumir sua verdadeira identidade e história, se reencontrando com seus filhos que há tempos não sabiam que destino a mãe havia tido, “o cinema engajado e a luta popular reemergem juntos” (SCHWARZ, 1985, p. 32). Sua história de vida e luta ao lado de João Pedro Teixeira segue imortalizada nas memórias de luta das Ligas Camponesas.

A relação que o filme traz, com os sujeitos participantes de suas próprias narrativas, não é mercantil e submete o telespectador a formas distintas de cultura e existência. De acordo com Schwarz (1985, p. 33), os camponeses, que já não são os mesmos, contemplavam suas performances, analisando as cenas de um tempo que se foi em conjunção privilegiada, que remete ao que Walter Benjamin intitulava de o direito do trabalhador à sua imagem – algo que o filme consegue capturar com extrema maestria. Em *O Cabra Marcado para Morrer*, emerge a vivacidade e a esperança que há muito se via perdida. As razões, segundo Schwarz (1985, p. 34) se

devem à força elementar da vida popular em movimento, ao sentimento de que o regime ditatorial, por fim, se foi, ao apreço e à inteligência que o povo nordestino demonstra e, finalmente, à persistência em dar continuidade às narrativas que o filme se propôs a fazer, mesmo depois de tantos infortúnios. É extraordinário observar as pessoas do campo, que outrora marchavam unidas rumo a novas formas de existir, formas essas que assegurassem seus direitos à vida, se reencontrando e reafirmando a luta em coletivo por uma sociedade que rompa com seus hábitos de barbárie. Schwarz (1985, p. 34) atentamente atribuiu a singularidade da riqueza capturada no longa à ausência de classes dominantes, dado que a seriedade e a dignidade presentes no momento não seriam possíveis com a presença da burguesia – a razão por trás de algo tão particular se deve à presença exclusiva dos populares e intelectuais.

É como se no momento mesmo em que a parte melhor e mais aceitável da burguesia brasileira assume o comando do país — um momento a ser saudado! — o filme também melhor dos últimos anos dissesse, pela sua própria constituição estética e sem nenhuma deliberação, que num universo sério esta classe não tem lugar. Mas é claro que nem sempre a vida imita a arte (SCHWARZ, 1985, p. 34).

É aproximadamente diante deste cenário que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge, como um grito de socorro dessas massas, que já não encontravam formas cabíveis dentro do sistema capitalista de existir, tendo mais nada a perder a não ser se auto-organizarem rumo à luta.

Visto por uma perspectiva histórica que já não existia – que é o horizonte promissor do processo de modernização do país em expansão - e que tampouco estava de todo dissolvida – era apenas o início de uma longa crise -, estas massas sem terra eram os remanescentes da luta histórica por uma reforma agrária. (MENEGAT, 2012, p. 8).

Tendo passado os vinte anos de censura da ditadura, o movimento veio unificando massas expulsas do campo, empurradas em movimento de êxodo rural involuntário em decorrência da acelerada mecanização da agricultura brasileira, com o enorme contingente de trabalhadores oriundos das periferias urbanas, que se viam estagnados diante da conjuntura do capitalismo em prol das inovações tecnológicas. De acordo com Silva (2004, p. 20) a realidade do Brasil era vista através da divisão de dois cenários, o moderno e urbano, originário das cidades, e o atrasado, rural, equivalente ao campo. A massa de trabalhadores excedentes, que nunca entrariam no mercado de trabalho, não se permitia mais aceitar o delírio de que, em algum

momento, se veria inserida novamente. Essas circunstâncias são nada mais que um efeito colateral de um sistema em colapso, um “sintoma de uma sociedade sem rumo que desmorona ao mesmo tempo em que se mantém” (MENEGAT, 2012, p. 9).

A ilusão de um futuro próspero permeava o contexto da época, em grande parte pelo movimento de renovação das empresas, mobilizando a economia de trabalho. Nos dias atuais, é possível medir as consequências concebidas naqueles tempos com dados, como, por exemplo, nos elevados índices de homicídios e desemprego, nos quais as práticas de resistência por parte de organizações coletivas que buscam impor limites ao disparate imposto pelo capital não encontrarão, no horizonte, soluções nas antigas formas de luta (MENEGAT, 2012). Pois uma vez em estado de desemprego absoluto e imutável, as antigas pressões dos trabalhadores que paralisavam indústrias inteiras já não se configuram em opções tangíveis. Menegat (2012, p. 10) salienta que “A situação para elas é de fim de linha. Elas precisam lutar para sobreviver, e isto somente pode ser possível numa rebelião contra boa parte das forças produtivas do capital e seu modo de produção”.

A questão em torno da distribuição de riquezas no capitalismo que permeia a ilusão prognosticou que, em seu aspecto abstrato – como dinheiro –, seria eficaz em atender às necessidades humanas como eficiente representante dos valores de uso. Porém, as necessidades humanas, a todo o momento, foram subordinadas à produção ao valor de troca. Um exemplar a essa afirmação pode ser observado quando se trata das sementes transgênicas, que, em seu fraudulento conceito, teria como objetivo a aniquilação da fome mundial. Contudo, sua finalidade está atrelada à industrialização da agricultura, que, por meio de quantidades estrondosas de agrotóxicos e fertilizantes, tem produzido, em escala, alimentos tóxicos, contaminados com metais pesados, que vêm destruindo o solo e a natureza. O controle gerado pelas grandes corporações em cima dos processos de produção de alimentos é uma das grandes chaves para o sucesso do agronegócio, ao converter commodities em bolsas especulativas tanto de valores como de mercadorias, lucros esses que não estão ligados aos dispêndios de produção. Pura abstração, na qual as riquezas levantadas não são eficazes em se dividir e se redistribuir em formas capazes de atingir as necessidades humanas, “Seu fim mesmo é a valorização especulativa do capital que exige este grau de destruição mediada” (MENEGAT, 2012, p. 10).

Foi em decorrência desse contexto, como já foi citado, que, em 1984, surge o MST, como um marco na história do Brasil de retorno das lutas camponesas – em

uma conjuntura que, diante dos acontecimentos de expulsão de grandes massas rurais pela modernização conservadora do campo, já quase não existiam camponeses. O Movimento englobou tanto essas massas recém-saídas do campo como as que já haviam se retirado desde 1950 em decorrência de um movimento repetitivo, que impelia os camponeses a diversas cidades do país. Segundo Menegat (2012), a luta propiciou acontecimentos heroicos que ficaram marcados na história, como, por exemplo, a ocupação da Fazenda Anoni e as do assentamento Irino Alves, tornando o MST, nos anos 1990, um movimento de grandes alcances e notabilidade.

### **O Cordel da Reforma Agrária**

Como disse Bertold Brecht  
Em lições claras, atentas:  
“As águas que fazem o rio  
Não são em si turbulentas,  
Mas, as margens que comprimem  
É que tornam violentas.”

Já dizia Patativa  
Nos seus versos sem zum-zum,  
Que essa terra é desmedida  
E devia ser comum,  
Devia ser repartida  
Um taco pra cada um.

Há mais de cinqüenta anos  
Protestava já de pé  
A ganância pela terra  
Dos homens de pouca fé,  
Num cantar de patativa,  
Patativa do Assaré.

Consumido pelo tempo  
Meio século se passou,  
Ficou o campo deserto,  
A cidade, então, inchou  
E a relação social  
No país se complicou.

O Brasil está quebrado,  
Falta desenvolvimento,  
O desemprego caminha  
E faz do homem o fermento

Do processo que resulta  
No mundo mais violento.

Ontem filmes que nós víamos  
De bandido e de terror  
Assistimos, hoje, ao vivo  
Indignados do horror  
Das cenas que, tão chocantes,  
Passam no televisor.

Crianças abandonadas,  
Tratadas de formas cruas  
Feitas são em prostitutas  
Maquiadas, quase nuas,  
Outras, pivetes que cheiram  
Entorpecentes nas ruas.

O poder preocupado  
Em manter o capital  
Longe do risco, da crise  
Em escala universal  
Fecham os olhos, adormecem  
Ante à questão social.

Ele bem que poderia  
Numa ação prioritária,  
Em respeito ao compromisso  
Feito com a classe operária,  
Sem o neoliberalismo,  
Fazer a reforma agrária.

Fazer a reforma agrária  
É por um ponto nos is,  
É tomar a decisão  
Que o povo sempre quis  
E sempre achou necessária  
Aos problemas do país [...]

Medeiros Braga. (MST, 2009).

## 4.2 Cultura e resistência

“Tudo foi resumido por uma mulher simples do povo, num círculo de cultura, diante de uma situação representada em quadro: ‘Gosto de discutir sobre isto porque vivo assim. Enquanto vivo, porém não vejo. Agora sim, observo como vivo.’”.

Paulo Freire, Pedagogia do oprimido.

Com o decorrer dos anos, as sociedades se veem em processo de transformação em todas as suas esferas, o que faz com que a cultura viva em constante movimento. Em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, Thompson (1998) levanta importantes discussões a respeito das alterações que a solidificação do capitalismo e da passagem da sociedade em sociedade industrial trouxeram para a cultura, consolidando em seu ensaio quais foram as transformações no âmbito do trabalho e na experiência de vida dos seres humanos em relação ao tempo.

Primordialmente, é fundamental destacar que há não muito tempo tarefas como a plantio de alimentos, a colheita, o trato com os animais e os afazeres domésticos eram medidos por meio do tempo da natureza e possuíam diversos significados, principalmente ritualísticos, na relação de vida e trabalho. O ritmo das tarefas exercidas pelas pessoas era organicamente definido pelas leis naturais – as estações de ano, os tempos de chuva e de seca eram o que demarcavam as ações humanas de forma simbiótica. Ainda existem grupos sociais que resistem nos dias atuais à dominação capitalista respeitando essa relação de tradição ancestral com a natureza, mas a questão aqui analisada se diz sobre as sociedades pré-industriais e sua passagem para as formas de produção capitalista.

Com a sociedade industrial e o uso do relógio para se medir o tempo, toda a relação natural que o homem possuía e como seu tempo era vivido sofreu drásticas mudanças, alterando violentamente, no decorrer dos anos, o seu ritmo de trabalho. Nessa nova sociedade que começava a surgir, o relógio teve papel substancial na modificação que a vida das pessoas passou a ter.

Se outrora “as relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e ‘passar o dia’” com essas alterações significativas “aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência” (THOMPSON, 1998, p. 271-272).

Em face desse cenário sobre o emprego da mão de obra, a situação foi muito mais complicada, pois

Toda a economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão de trabalho, alocação de papéis e a disciplina de uma relação empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos. Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata a

mão de obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado. (THOMPSON, 1998, p. 272).

O tempo passa a ser moeda de troca, “o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro” (THOMPSON, 1998, p. 272), e os relógios passam a compor os espaços públicos, pois somente a classe dominante podia comprá-lo. O domínio do tempo torna-se dos ricos fazendeiros, dos mestres, da gentry. Muitas paróquias inglesas usavam os sinos para avisar o horário de acordar, sair para o trabalho e o horário para dormir. E, com essas novas mudanças, o uso dos relógios torna-se maior a partir do uso da lei no momento que a revolução industrial – para ampliar seus níveis de produção – exigia uma sincronização do tempo de trabalho. “não existe desenvolvimento econômico que não signifique desenvolvimento ou mudança de uma cultura. E o desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pode ser [...] planejado” (THOMPSON, 1998, p. 304).

O autor chama atenção ao fato de que a elevada moral que recaía sobre os trabalhadores era oriunda das conquistas vindas da colheita e da sua relação orgânica de trabalho-vida com a natureza, sem estar atrelado à interferência de uma motivação exclusivamente econômica.

É igualmente o momento em que os ritmos coletivos mais antigos irrompem em meio aos novos, e uma porção de folclore e dos costumes rurais pode ser invocada como evidência comprovadora da satisfação psíquica e das funções rituais – por exemplo a obliteração momentânea das distinções sociais – da festa do fim da colheita. (THOMPSON, 1998, p. 274).

No texto *Base e superestrutura na teoria da cultura marxista*, presente no livro “Cultura e Materialismo” de Raymond Williams, o autor destaca a importância da compreensão entre base e superestrutura para poder se debruçar profundamente na reflexão da análise cultural marxista. Por “base”, entendemos a forma de produção e suas forças produtivas, capazes de determinar a “superestrutura”. Um bom exemplo ao qual Williams (2011) enuncia a esse respeito em seu texto, utilizando-se de uma passagem vinda de Marx, é a de que o homem que constrói o piano, assim como o homem que distribui o instrumento, são trabalhadores produtivos, enquanto o pianista, que toca o instrumento, tanto para uma plateia como para seu próprio prazer, não o é. Desta forma, o pianista é uma alusão à superestrutura, e o trabalhador responsável pela produção do piano, à base.

É importante salientar que, na época em que Marx se debruçou sobre o conceito de base e superestrutura, ele estava comprometido com a análise sobre as formas de produção capitalista de mercadorias – trazendo essa concepção de trabalho produtivo, mas em um conceito cultural contextualizado, essa concepção das forças produtivas primárias tem se afastado desfavoravelmente. Ao se propor pensar na base e nas forças produtivas, é importante destacar se a referência se trata da “[...] produção primária dentro dos termos das relações econômicas capitalistas ou a produção primária da própria sociedade e dos próprios homens, isto é, a produção e reprodução da vida real” (WILLIAMS, 2011, p. 49).

Williams, então, afirma que cultura não algo pré-estabelecido, e sim algo que parte do campo do comum, do cotidiano e rotineiro, e, como algo comum, as narrativas se encontram em disputa, como nos conceitos de base e superestrutura. Em contrapartida, as dificuldades presentes na mais propagada proposição acerca de base e superestrutura, o conceito de totalidade foi recebendo uma noção mais alternativa, dando importante destaque a Lukács. “A totalidade das práticas sociais se opunha à noção ‘em camadas’ da base e de sua consequente superestrutura” (WILLIAMS, 2011, p. 49).

O aspecto central da noção de totalidade na teoria que abrange a cultura é se essa noção engloba a intencionalidade, pois, se a totalidade é concreta, se apenas inclui a noção de reconhecer a grandeza de práticas variadas, diversas e contemporâneas, então ela se torna essencialmente esvaziada de qualquer conceito marxista. A intenção, então, retoma seu ponto central, uma vez que, apesar de qualquer forma de sociedade ser um complexo de tais práticas, toda sociedade também possui suas estruturas características e sua forma de organização que não se veem separadas de determinadas intenções sociais dirigidas por uma classe particular (WILLIAMS, 2011).

A superestrutura possui sua importância, já que, sem ela, os sujeitos não serão aptos para reconhecer a realidade que os cerca – e, assim, as constituições, as ideologias e as teorias validadas como “naturais” pela classe dominante não poderiam ser questionadas e combatidas. Isso tiraria a essência de classe da sociedade, não expondo a classe que domina, o que representaria um grande perigo para as formas alternativas de existir e de se fazer cultura.

A cultura, por si só, é um complexo processo na sociedade. Trazendo o olhar hegemônico da cultura dominante que perpassa valores e molda todo um modo de

vida, restringindo, oprimindo, podando e demonstrando quais valores serão aceitos e quais se deve reprimir, as instituições que trabalham na disseminação desses ideais possuem um papel fundamental na normalização dessa visão por grande parte da sociedade. Como exemplo, a própria escola como uma importante instituição coercitiva do Estado, na qual, desde os primeiros anos de vida dos sujeitos, a cultura dominante é implementada. Por isso o processo hegemônico é tão complexo e não deve ser encarado como apenas manipulação – é algo enraizado e estruturante, em que os sujeitos se veem reproduzindo os princípios dessa sociedade e encarando tais práticas como o mundo sendo apenas como sempre foi.

Paulo Freire foi um educador social que sempre teve em seu horizonte a dimensão que uma educação libertadora dos homens poderia fazer na transformação do mundo. Freire (2021) dizia que a prática da libertação dos homens só encontraria sua verdadeira expressão através de uma pedagogia em que o próprio oprimido pudesse dispor das ferramentas reflexivas para se descobrir enquanto oprimido e se conquistar enquanto sujeito dono de seu próprio destino.

É a partir da força esmagadora da hegemonia que uma cultura residual e dominante existe em uma mesma sociedade. A dominante vai se apropriando de determinadas práticas de movimentos contracultura e de movimentos de base – conceitos que não sejam ameaçadores para a sua hegemonia – os higieniza e vende como mercadoria, fazendo parte do todo de uma mesma cultura. As práticas da cultura emergente com seus novos valores, sentidos e significados também sinalizam um alerta à dominação hegemônica. Nada pode sair do controle social hegemônico, pois “uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosos que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada as possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais” (FREIRE, 2021, p. 11-12).

As formas de cultura de resistência radicais, que não apenas se desdobram em formas alternativas de determinados grupos existir, mas como processos maiores, que visam transformar a sociedade, são combatidos de formas bárbaras, tanto por meio do uso da força do Estado como pela necropolítica e o abandono, como é o genocídio que tem acontecido com o povo Yanomami, com os jovens negros, com os trabalhadores que lutam no campo e com tantas outras comunidades que resistem às bárbaras tentativas de extermínio mundo afora. A cultura das massas é resistência, é potência e, como Freire (2021, p. 15) salienta, “No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em ‘reciprocidade de consciências’”, e o poder de transformação

que nasce dessas experiências é um perigo. Para grande parcela da sociedade, a cultura hegemônica traz um sentido de realidade, principalmente por se tratar de uma realidade vivida, o que torna muito difícil, para a maioria da sociedade, mover-se no sentido contrário (WILLIAMS, 2011, p. 53). “[...] só podemos entender uma cultura efetiva e dominante se compreendermos o processo social real do qual ela depende: refiro-me ao processo de incorporação” (WILLIAMS, 2011, p. 53-54).

Os processos de educação; os processos de uma formação social muito mais ampla no seio de instituições como a família; as definições práticas e a organização do trabalho; a tradição seletiva em um plano intelectual e teórico: todas essas forças estão envolvidas no contínuo fazer e refazer de uma cultura dominante eficaz cuja realidade, como algo vivido e construído em nossa vida, dela depende. (WILLIAMS, 2011, p. 54).

Contudo, como defendeu Williams (2011), nenhuma sociedade dominante, assim como nenhuma forma opressora de produção ou de cultura que defenda a hegemonia capitalista, pode esgotar toda a gama extraordinária de energia, intenção e prática humana. Obviamente que as formas de dominação destroem grande parte, tudo vai depender dessas práticas estarem ou não atrelada a nichos de interesse da cultura dominante – algumas novas práticas podem ser implementadas, mas, uma vez vista como ameaça, serão eliminadas com extraordinária facilidade.

Entretanto, o autor destaca a seguinte brecha,

[...] em certas áreas haverá, em períodos determinados, práticas e significados que não serão alcançados. Haverá áreas da prática e do significado que a cultura dominante, quase sempre devido ao seu próprio caráter limitado ou à sua deformação profunda, não será capaz, sob qualquer circunstância, de reconhecer. (WILLIAMS, 2011, p. 60).

É de conhecimento de muitos que a transição para a sociedade capitalista não foi amplamente aceita com docilidade. Na história, a disputa de narrativas entre a classe dominantes e as classes populares é marcada por diversas mobilizações de resistência popular.

No século XVIII, na Inglaterra, ocorreram rebeliões por conta do aumento de preços dos cereais – aveia, trigo, cevada, centeio – que faziam parte da principal fonte de alimento das camadas mais empobrecidas da época. “O motim da fome na Inglaterra do século XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros” (THOMPSON, 1998, p. 152).

Segundo o autor, a maioria dos historiadores justificava os motins da fome pelo viés econômico, uma explicação espasmódica do que de fato acontecia. Não eram

revoltas exclusivamente pela fome – é claro que existia uma relação entre as rebeliões populares e a carestia, mas Thompson alegava existir algo a mais nessas movimentações, o que ele nomeou como a economia moral.

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam pão etc. Isso por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. (THOMPSON, 1998, p. 152).

Anteriormente aos levantes, o Estado regulamentava a comercialização dos cereais nos mercados. As pessoas empobrecidas tinham o direito garantido de comprarem primeiro, em horários determinados – após essas primeiras compras é que vinham os comerciantes. Através dessa dinâmica regulamentadora, o Estado impedia o aumento excessivo dos preços. Com o elevado aumento dos cereais visando a importação dessas mercadorias pelas *The corn laws* – que estimulavam a criação de impostos e o aumento da produção em busca da ampliação de lucro para os grandes proprietários rurais –, as insurreições populares tiveram, a partir disso, o principal motivo para o seu levante.

Uma característica importante a qual Thompson destaca é que esses motins não eram necessariamente opostos às autoridades, nos quais, em algumas situações, as organizações até mesmo contavam com o apoio de figuras importantes através da lógica paternalista comum à época, dessa economia moral. Diante desse argumento, reforço, através das próprias palavras do autor (1998, p. 152),

Embora essa economia moral não possa ser descrita como 'política' em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum - noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo.

Existia uma noção de justiça nessa forma de economia paternalista que era envolta dos valores culturais daquele povo, e, em muitos atos organizados pelos levantes, o objetivo não era apenas o de saquear – os motins queriam que os cereais fossem vendidos a preço justo, pois o pão era o principal alimento das camadas mais pobres.

As mulheres tiveram um papel de destaque nessas rebeliões populares, principalmente por serem elas as responsáveis pelos afazeres domésticos, incluindo o preparo dos alimentos e das compras nos mercados. Com elevada frequência, eram as mulheres que começavam os motins. Em 1693, elas foram organizadas até o mercado de Northampton com facas na cintura para determinar o preço dos cereais e, mais tarde, em 1737, na luta contra a exportação, lá estavam elas aglomeradas com os homens que as apoiavam, jurando que, se algo as acontecesse, seriam destruídos tantos os navios quanto as cargas (THOMPSON, 1998).

A participação feminina tinha uma notável relevância, pois “Eram naturalmente as mais envolvidas com as negociações face a face no mercado, as mais sensíveis ao significado dos preços, as mais experientes em detectar peso insuficiente ou qualidade inferior” (THOMPSON, 1998, p. 184). O efeito moral que esses motins revoltosos causavam nos produtores caso aumentassem demasiadamente os preços era de medo, porque sabiam que, se o fizessem, enfrentariam a fúria das turbas.

O período histórico de formação da classe operária urbana-industrial foi marcado por conflitos em diversos países, como em 1871, como consequência do fracasso da França na guerra franco-prussiana e, assim, com a queda do Império de Napoleão, um outro movimento popular ficaria marcado na história como sendo a primeira experiência real de governo popular. Sob as mãos operárias, a Comuna de Paris resistiu por aproximadamente 72 dias em uma luta revolucionária contra a burguesia, na qual a organização popular não partia do campo teórico, e sim do desejo de se alcançar novas formas de se compor a sociedade.

Os trabalhadores passavam fome em Paris, até mesmo ratos chegaram a ser vendidos como alimentos, o leite e os ovos foram tornando-se insuficientes e o pão, principal alimento dos empobrecidos, não era regularmente ofertado. Mesmo antes da queda do Império, nunca houve um planejamento sobre os recursos alimentares (GONZÁLEZ, 1999). Segundo o autor, “O mercado alimentar funcionava de modo precário, embora regulado forçosamente pela escassez de víveres. O Governo apenas estabelece alguns preços máximos, medida obviamente [...] irreal” (GONZÁLEZ, 1999, p. 36).

De acordo com o cenário político da época,

Paris era o centro político, cultural e econômico da França. A cabeça das ideologias renovadoras, das utopias, das insurreições, das promessas de um mundo a se experimentar... [...] Daí sairá a Comuna, encarnação do confronto

de uma França contra outra França, silenciosa, renitente, agrária, monarquista, camponesa, proprietária, numerosa. (GONZÁLEZ, 1999, p. 46).

Em Paris, no ano de 1871, sua população contava com cerca de 2 milhões de habitantes e suas estruturas urbanísticas, em 20 anos, mudaram completamente a fisionomia da cidade, transformando o bonapartismo em ideal urbano. A mudança nos aspectos urbanos da cidade não era apenas com o intuito de deixá-la com uma estrutura mais militarizada, mas sim voltada a construção de um cenário de homogeneidade social capaz de, por meio da mudança urbana, criar um cenário culturalmente intimidador a partir da opulência dos espaços públicos (GONZÁLEZ, 1999).

A comuna terá uma contra-escritura urbanística, uma resposta instintiva. Ela é também destruidora e demolidora de monumentos públicos. As avessas, é a confirmação da mesma ideia dos anos anteriores: a cidade é o local onde o Estado deixa impressas suas pegadas. (GONZÁLEZ, 1999, p. 59).

Com o ideal de transformar a experiência social daquela sociedade por meio da insatisfação com o novo governo conservador, que assumiu a liderança após a queda do Império, a comuna levantou um modelo de governo com decretos e instrumentos organizativos para o seu funcionamento.

A experiência revolucionária trouxe um aglomerado de inovações sociais, como medidas de reorganização do poder administrativo, medidas de reformulação das relações trabalhistas, medidas vinculadas a reformas culturais pela desassociação do Estado com a Igreja, voltada a uma educação laica, medidas a respeito da solidariedade social, uma economia de guerra voltada à organização do trabalho e à propriedade social – em que oficinas e fábricas abandonadas por seus donos em tempos de guerra seriam organizadas pelos sindicatos, assim como as casas que se encontrassem em igual situação de abandono seriam destinadas a quem não obtivesse mais moradia por conta dos bombardeios (GONZÁLEZ, 1999).

As revolucionárias da Comuna exerciam importantes papéis dentro do movimento, que iam desde atividades de apoio na defesa até a organização e as lutas sociais. Louise Michel foi uma importante líder anarquista que participou ativamente dos movimentos da Comuna.

Para Louise, a Comuna não era somente a possibilidade de vencer o inimigo. Assim como outros companheiros e companheiras, Louise a via como um meio de luta revolucionária, capaz de derrubar 'o capitalismo, os governos e as classes sociais, desde que organizada de forma livre e federada e como

uma união de produtores [...]’. (MENDES, 2011, p. 41 *apud* LAVOURAS, 2022, p. 31).

Assim como Louis Michel, tantas outras revolucionárias marcaram a história por meio da luta contra o capitalismo, em que, em concordância com Lavouras (2022), a manifestação expressa na atuação revolucionária dessas mulheres, como Rosa Luxemburgo, Hannah Arendt, Conceição Evaristo, Elizabeth Teixeira – já no auge de seus 96 anos – e tantas outras, não pode ser apagada ou esquecida com o fim de suas vidas ou o encerramento de suas lutas. “Os discursos dessas mulheres são mais relevantes do que nunca, sobretudo, no que tange a demonstração do poder que têm as organizações populares e que, com o advento do capitalismo, foram suprimidas” (LAVOURAS, 2022, p. 38).

Como citado no início desse capítulo, a cultura das massas sobrevive, resiste, se reinventa para continuar existindo. Tanto ao longo da história como ao tempo contemporâneo, o poder da tomada de consciência dos homens a respeito do mundo que os cerca em busca de sua libertação alimenta a ação transformadora de sua realidade, e é sobre essas potências em luta que o trabalho buscou se aprofundar.

As lutas do processo de formação da classe operária urbana-industrial no centro do capitalismo, no momento de expansão mundial do sistema produtor de mercadorias e a luta popular das mulheres auto-organizadas na periferia da periferia do capitalismo, a Baixada Fluminense, em tempos de esgotamento do período expansivo, de crise e catástrofe permanente demonstram o protagonismo das mulheres na produção de resistência na história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, a partir do levantamento bibliográfico e das atividades de campo com o Acampamento Marli Pereira e, posteriormente, com o Empório da Chaya, compreender o diversificado processo das formas de auto-organização popular, fazendo um recorte para as formas de luta pela terra que são travadas na Baixada Fluminense mobilizadas pelas memórias ancestrais de resistência popular e defesa do território comunitário.

Este estudo segue inacabado pois a história das pessoas do Marli ainda está sendo escrita, e, por maior que seja o desafio que os atravesse no percurso, eles seguem resistindo, assim como a Chaya, que brotava verde em meio à seca.

Os embates com as forças dominantes estão acontecendo todos os dias. Os movimentos sociais têm modificado os seus espaços em alternativas ao capitalismo, transformando-os em espaços tanto físicos como simbólicos de resistência, voltados para a ação sociopolítica e para sua sobrevivência (ZIBECHI, 2015). O modo como se autoeducam, como se articulam politicamente, como cuidam de sua saúde, produzem e distribuem os alimentos que eles mesmos plantam foge do padrão capitalista, criando alternativas reais em busca de se ir além (ZIBECHI, 2015). No campo da educação popular, toda a comunidade se torna um local de aprendizado horizontalizado, onde todos estão em constante troca dialógica – o espaço educativo está muito além da sala de aula.

Na esfera da saúde, esses grupos auto-organizados buscam se reconectar com os saberes ancestrais perdidos, criando alternativas à medicalização da saúde gerida “pelo domínio dos monopólios farmacêuticos”, reconectando-se com o uso de plantas medicinais e de um fazer médico alternativo, eliminando a noção “paciente-dependente-passivo” criado pelo saber médico, pelo Estado e o capital (ZIBECHI, 2015, p.164). E, no que tange à produção, se tem em vista a diversificação e o autoabastecimento, diminuindo, assim, a dependência que se tem do mercado (ZIBECHI, 2015). Produzem alimentos livres de agrotóxicos e buscam o comércio alternativo, longe do mercado monopolizado. Com isso, os saberes tradicionais da produção de alimentos abraçam a todos os produtores dessas comunidades, rompendo com a hierarquia social (etária ou de gênero) presente na divisão técnica do trabalho (ZIBECHI, 2015). Entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, se busca romper com essa divisão dos que obedecem e dos que dão ordem (ZIBECHI, 2015).

Frente às próprias contradições presentes no sistema capitalista, a barbárie tem se ampliado cada vez mais nos últimos anos, como o estudo levantado do presente trabalho apontou. Romper com essa lógica e pensar alternativas para o futuro diante do acirramento das expressões da “Questão Social” é urgente. Diante disso, é preciso estar atento à potente ação transformadora que tem ocorrido dentro desses movimentos sociais, pois são eles que apontam para um projeto societário que realmente seja radical, a ponto de se criar uma nova sociabilidade livre, consciente e amorosamente criativa.

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural**. São Paulo: UNESP, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CONEXÃO MARXISTA. **A crise estrutural do capital / István Mészáros**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0hWbC8pHJLE>. Acesso em: 12 set. 2021.

CONEXÃO MARXISTA. **A crise estrutural do capital / István Mészáros / 2ª parte - mais reflexões**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wevJq5N94io>. Acesso em: 12 set. 2021.

FONSECA, Marcos. **A Comuna de Paris: os assaltantes do céu**/Horácio González. Conexão Marxista, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t-1Cn-IGvBl>. Acesso em: 3 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GONZÁLEZ, Horácio. **A Comuna de Paris: Os assaltantes do céu**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GUHUR, D; SILVA, N. R. Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre; STAUFFER, Anakeila; MOURA, Luiz; VARGAS, Maria (orgs.). **Dicionário de agroecologia e educação**. 1. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAVOURAS, Ramona. **Saúde da Mulher: Ancestralidade e resistência**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022.

LEITURAS SUBVERSIVAS. **Semana da Cultural: Base e Superestrutura na Teoria Cultural Marxista**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8jaFC6YW6Yo>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MARCUSE, Hebert. **A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. Cap XXIII. *In*: MARX, Karl. **O Capital: A lei geral da acumulação capitalista**. v. 1, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENEGAT, Marildo. **Convergência ao terror**. Blog da Consequência Editora, 2020. Disponível em: <https://blogdaconsequencia.wordpress.com/2020/04/10/convergencia-do-terror-por-marildo-menegat/>.

MENEGAT, Marildo. **O fim da gestão da barbárie**. Utopias Pós-Capitalistas, 2016. Disponível em: <https://arlindenor.com/2016/01/06/o-fim-da-gestao-da-barbarie-marildo-menegat/>.

MENEGAT, Marildo. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-35, jun. 2011.

MENEGAT, Marildo. Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie; como a esquerda social pode enfrentar essa questão? **Estudos de Política e Teoria Social**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 146-177, 2008.

MENEGAT, Marildo. Um barco à deriva. In: MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre Ruínas**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

MENEGAT, Marildo. Unidos por catástrofes permanentes: O que há de novo nos movimentos sociais da América Latina. **VII Simpósio Nacional Estado e Poder**: Sociedade Civil, 2012, Uberlândia, MG. Uberlândia: Núcleo de Pesquisa em História, Cidade e Trabalho – NUHPECIT/PPGHAIS/UFF, Capes, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Leviatã**: Crítica do Estado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MONTENEGRO, A. T. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O Cordel da Reforma Agrária**. 2009. Disponível em: [O Cordel da Reforma Agrária - MST](#). Acesso em: 20 dez. 2022.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Você conhece a Chaya? Mulheres do MST juntam saberes e sabores sobre essa PANC**: Há sete anos, Empório da Chaya reúne amizade, culinária e histórias de luta pela terra. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/02/15/voce-conhece-a-chaya-mulheres-do-mst-juntam-saberes-e-sabores-sobre-essa-panc/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

O CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Eduardo Coutinho, Zelito Viana. Brasil: Mapa Filmes do Brasil, 1984. Disponível em: [Cabra Marcado Para Morrer - Filme de Eduardo Coutinho](#). Acesso em: 25 set. 2022.

RODA VIVA. **Roda viva / István Mészáros / 2002**. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jdHI0q66dIs>. Acesso em: jul. 2021.

RUSSO, J. *et al.* **A luta pela terra na baixada fluminense**: narrativas e história. In: I Simpósio Internacional Educação Popular, Agroecologia e Memória / II Seminário de Educação do Campo. GT 3 – Memória, Território e Saberes. 2021.

- SILVA, Maria. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.
- SCHWARZ, Roberto. O fio da meada. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 12, p. 31-34, jun. 1985.
- TOLEDO, Vítor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.
- VASCONCELOS, José Antônio. **Economia moral da multidão inglesa do século XVIII, E. P. Thompson**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GEG5mcUf7N4>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- VIEIRA, Mariana Rébulo. **Formas de inter-relação agroecológica e saúde como crítica ao capital**. 2018. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.
- ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.